



RESOLUÇÃO Nº 061/2015 – CONEPE

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito, a ser executado pelo Programa Parceladas/UNEMAT, no regime modular, modalidade presencial, no município de Alto Araguaia.

A Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONEPE, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, no uso de suas atribuições legais, considerando o processo nº 130214/2015, Parecer nº 009/2015-*Ad Referendum* do Colegiado Regional, Parecer nº 001/2015-Colegiado Regional, Parecer nº 002/2015-Programa Parceladas, Parecer nº 069/2015-PROEG, Parecer nº 021/2015-PRPTI, e a decisão do Conselho tomada na 1ª Sessão Ordinária realizada nos dias 16 e 17 de abril de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito, a ser executado pelo Programa Parceladas/UNEMAT, no regime modular, modalidade presencial, no município de Alto Araguaia.

Art. 2º O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito tem as seguintes características:

- I. Carga horária total do Curso: 4.020 (quatro mil e vinte) horas;
- II. Integralização em, no mínimo, 10 (dez) semestres e, no máximo, 16 (dezesesseis) semestres;
- III. Turma única com oferta de 100 (cem) vagas;
- IV. Turno de oferta do curso: 50 (cinquenta) vagas no período matutino e 50 (cinquenta) vagas no período noturno;
- V. Forma de ingresso será por meio de vestibular realizado pela UNEMAT e/ou SISU/MEC.

Art. 3º No Anexo Único desta Resolução consta o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade do Estado de Mato Grosso, em Cáceres/MT, 16 e 17 de abril de 2015.


Profa. Dra. Ana Maria Di Renzo
Presidente do CONEPE



ANEXO ÚNICO RESOLUÇÃO Nº 061/2015 – CONEPE

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

1. CONCEPÇÃO, OBJETIVOS E ORIENTAÇÕES GERAIS

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO

O Curso de Direito da UNEMAT procura situar-se num contexto que envolve tanto as características e perspectivas do estágio atual da vida da humanidade, quanto as suas repercussões no plano da vida nacional, regional e local.

Assim, busca compreender um contexto maior de mudanças no modo de vida atual da humanidade, permeado cada vez mais pelas marcas de ciência e tecnologia e pelos desafios de conduzi-las e não ser conduzida por elas. A educação, por conseqüência, em todos os seus níveis, passa a ser depositária da esperança de forjar os sujeitos da mudança. Enfim, formar cidadãos/profissionais capazes de enfrentar os novos desafios e produzir soluções confluentes com os ideais democráticos de organização da sociedade e do Estado; e os de construção da paz e harmonia entre os povos, do equilíbrio ambiental, e do desenvolvimento, sob uma ética humanística, na criação de condições de vida com as marcas da dignidade, da liberdade, da igualdade e da solidariedade.

As novas realidades mundiais, sobretudo as referentes à globalização e suas conseqüências, trazem para o país uma complexidade de problemas cujo enfrentamento depende de elevados graus de comprometimento de seus membros, sobretudo daqueles que tem a oportunidade de trilharem uma formação de nível superior. As funções do ensino superior não podem seguir alienadas em relação às questões nacionais. Dos integrantes do ensino superior se espera a canalização da inteligência, do conhecimento e do pensamento superiores para reflexão e ações em direção aos problemas da sociedade brasileira, quer em seu âmbito geral, quanto regional e local, buscando soluções compatíveis com nossa cultura e civilização.

Assim, deve-se compreender também que os cursos superiores não podem pretender ter características únicas em todo o país, em um país de tão grandes diversidades regionais. Com isso, a relação universidade/sociedade dever exercer-se também com foco local e regional, de tal forma que se facilite o encontro dos saberes produzidos pela comunidade e pela instituição de ensino superior.

Neste momento é oportuno e necessário dizer que, entre os diversos fins da UNEMAT, estabelecidos no artigo 3.º de seu estatuto, podem ser ressaltados:

II- promover através de suas atividades fins a igualdade social e a solidariedade;

III- promover o estudo da sustentabilidade, garantindo ampla aplicação do conhecimento adquirido;



VII- promover o debate concernente às políticas públicas desenvolvidas nas mais diversas esferas da sociedade;

VIII- trabalhar em regime de cooperação com organismos e instituições que promovam a equidade social e a qualidade de vida;

IX- valorizar através do ensino, pesquisa e extensão a integração entre o saber e o mundo do trabalho;

XI- ministrar o ensino superior visando à formação de profissionais capacitados ao exercício da investigação e do magistério em todas as áreas do conhecimento;

XIII- contribuir para o processo de desenvolvimento regional e nacional, realizando estudos sistêmicos de seus problemas e de suas potencialidades, orientando a formação de profissionais de acordo com as especificidades;

XV- promover a extensão, aberta a participação, numa relação dialógica com a sociedade, visando à difusão de conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica;

XVII- promover a integração e cooperação entre os povos através de suas atividades fins;

O Curso de Direito da UNEMAT deverá estar intensamente comprometido com tais perspectivas de seu contexto, com ele alinhado e envolvido, tanto na produção e transmissão do conhecimento, quanto em atuações acadêmicas, comunitárias e de responsabilidade social.

Intenta uma formação sob a égide humanística que preencha os requisitos comuns aos profissionais da área jurídica em termos nacionais, mas em sintonia com a realidade regional.

A preocupação, já existente no projeto pedagógico do curso de Direito, em proposta original, consubstanciada em ênfase num novo entendimento da relação público-privado e das relações Estado-Sociedade Civil, tendo então, como principais reflexos, questões-objeto do Direito Ambiental, do Direito Agrário e do Direito do Trabalho, às quais agora se acrescentam as do Direito da Integração. Trata-se de definir de forma clara essa preocupação, dando-lhe um contorno e indicando os seus reflexos na organização do ensino, da pesquisa e da extensão e de suas interações.

Como proposta, então, como uma espécie de “fio condutor” do Curso de Direito está a preocupação com as relações Estado-Sociedade Civil; de onde decorre também a questão das relações público-privado, tendo como pano de fundo, as dimensões histórico-sociais de seu contexto, refletindo-se em amplos aspectos da vida social e, sob sua égide, pode-se desenvolver a compreensão aprofundada da realidade, a produção e transmissão do conhecimento jurídico e, ainda, consolidar o entendimento do Direito como instrumento de transformação social.

1.2. OBJETIVOS DO CURSO E PERFIL PRETENDIDO DO GRADUANDO



A sociedade e o Estado contemporâneos vêm passando, da segunda metade do século passado até o presente momento, por profundas transformações. E o Direito, como técnica de solução de conflitos e regulação social, como objeto histórico que é, tem sofrido, sempre, os efeitos dessas mudanças. Globalização, neoliberalismo, tribalização das sociedades, relativização da soberania e crise do papel do Estado têm tornado nosso mundo, cada vez mais, complexo.

Muitas são as consequências das mudanças. Desde a superação do modelo liberal-individualista de Direito, o surgimento de novos atores sociais, a internacionalização da economia, o aparecimento de novas demandas (e de novos *direitos*), a crise de institutos jurídicos tradicionalmente já estabilizados (família, propriedade, soberania, mecanismos tradicionais de controle do poder, por exemplo) até às técnicas de resolução dos conflitos.

Ao mesmo tempo em que as sociedades, a economia e o Direito se “internacionalizam”, aparece, de forma cada vez mais clara, ainda, a necessidade de afirmação de questões e demandas locais, de especificidades regionais, como forma de preservação de alguma alteridade diante do processo de homogeneização que certo modelo de globalização representa. Logo, nota-se a necessidade de melhor relacionar sistema jurídico e sistema social, no sentido de adaptar o Direito para os desafios deste novo século. É preciso compreender o Direito inserido neste processo de tensão entre globalização (econômica dentre outras) e atendimento de demandas regionais e locais. Compreender o Direito em sua inserção nas mudanças da economia, da sociedade, bem como o seu instrumental de normatização-regulação de condutas e demandas e mecanismo de solução de conflitos. Por outro lado, amplas pesquisas realizadas no âmbito da Teoria e da Sociologia do Direito vêm demonstrando o esgotamento da tradição formalista dos cursos jurídicos, eis que desprovida de capacidade de redefinição dos conceitos que informam a dogmática jurídica e suas transformações.

De tais pontos emerge, portanto, a necessidade de oferta de um Curso de Direito que permita, ao egresso, tanto a compreensão tecnológica (ou seja, dogmática) do fenômeno jurídico como, ao mesmo tempo, crítica. Deste modo, o objetivo básico do Curso de Direito da UNEMAT é propiciar uma formação duplamente diferenciada tanto para os postos da sociedade civil como do Estado. Os egressos deste curso, assim, terão sólido conhecimento interdisciplinar, sendo que tal interdisciplinaridade não será exterior à dogmática jurídica mas, por certo, processar-se-á no interior desta, estando presente em todas as disciplinas.

Ao optar-se por referido fio condutor interdisciplinar, este Curso de Direito assume, perante a comunidade, postura comprometida com uma qualificação ao mesmo tempo técnica e política de seus egressos, preparados para o pleno e competente exercício das profissões jurídicas públicas e privadas e para uma adequada ação de cidadania. Não se trata assim de uma opção neutra e genérica. Formam-se, então, profissionais e cidadãos comprometidos com a eficaz solução técnica dos litígios, com a prevenção dos conflitos, com a busca de respostas éticas (e interdisciplinares) às transformações da história e do país.

É preciso, pois, além da sólida formação jurídica, idêntica formação histórica, sociológica, econômica, política, crítica etc. A academia que permeará o Curso de Direito da UNEMAT, por isso, além da preparação de profissionais habilitados ao exercício competente de todas as carreiras jurídicas, buscará preparar cidadãos



conscientes e comprometidos com os problemas de seu tempo, com a transformação social. Deste aspecto este Curso de Direito pretende aparecer e afirmar-se, perante a comunidade, como verdadeiro espaço público. Trata-se de um Curso de Direito diferenciado, com projetos integrados de docência, pesquisa e extensão, o que implica a definição do perfil do corpo docente, com qualificação de excelência para o magistério e a pesquisa nitidamente interdisciplinar, crítica e transformadora. Também é objetivo do Curso de Direito dar continuidade ao atendimento às parcelas carentes da comunidade (uma das formas de atividade de extensão), no que tange à assessoria gratuita, uma vez que tal atividade constitui-se em um amplo laboratório para o aprendizado acadêmico, sob a supervisão e o acompanhamento de profissionais qualificados. Desta forma, os acadêmicos de Direito serão envolvidos com as questões sociais mais graves que afligem o país, o Estado de Mato Grosso e os países que constituem o bloco do Mercosul, considerando o processo de globalização em curso.

Neste passo o currículo pleno proposto ao Curso atende às exigências de formar bacharéis efetivamente habilitados ao imediato exercício da profissão e ajustados às constantes e variadas necessidades do mercado de trabalho, conforme orienta o MEC, mas, também, apto a estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, conforme dispõe o artigo 43, da LDB.

Outro importante aspecto que integra os objetivos do Curso de Direito da UNEMAT, é a promoção de uma visão crítica aos bacharéis em Direito, para sua extrapolação de um nível meramente propedêutico. Isso implica a presença, no projeto didático pedagógico, de duas grandes atitudes: (i) a inserção no currículo de disciplinas formativas com caráter interdisciplinar, com qualificação adequada por parte dos docentes responsáveis e (ii) o trato interdisciplinar das matérias de caráter técnico, o que se constitui como desafio maior, eis que tal mister, mais que mudanças de forma, demanda uma visão reflexiva que perpassa por todo o currículo pleno.

Este (currículo pleno), por sua vez, possui uma composição tridimensional integrada: disciplinas de formação geral, disciplinas profissionalizantes e atividades práticas, todas interligadas. Deste modo, o Curso de Direito da UNEMAT encontra-se projetado tanto para possibilitar uma formação geral do futuro bacharel como a formação especializada.

É de se notar, por outra perspectiva vinculada à concepção do Curso, que ao mesmo tempo em que os operadores do Direito devem estar preparados para o novo quadro proveniente das transformações dos mercados, da economia, da política e do Estado (por decorrência também do processo de globalização), ou seja, de um mundo (e de um Direito) que se busca afirmar, agora, pós-moderno, radicaliza-se nossa condição de Estado subdesenvolvido. Convive-se, a um só instante, no plano geral, com a pós-modernidade e, no plano estatal interno, muitas vezes, em diversas regiões com a modernidade e a pré-modernidade.

Os operadores jurídicos, deste modo, ao passo que devem compreender as grandes transformações do mundo, da sociedade, do Estado e da economia, que se refletem no Direito, ainda devem estar preparados para responder as demandas de atores individuais e sociais (e de comunidades) da sociedade e do Direito da modernidade, ainda predominantes em diversas regiões do país.

É o caso de Mato Grosso, onde se espera que os operadores jurídicos estejam igualmente capacitados para responder às demandas jurídicas e aos conflitos



dos atores sociais, políticos e econômicos locais, sem perder a perspectiva das grandes transformações, demandas e conflitos do Direito e da sociedade pós-moderna.

Em outras palavras, demanda-se uma compreensão do Direito tradicional, com o conhecimento das habilidades técnicas, da dogmática jurídica, bem como a reflexão crítica da legislação e da jurisprudência em constante transformação pelo seu contato com as novas realidades sociais. É o ponto onde a já citada compreensão interdisciplinar do Direito se insere com grande força. Retornando ao campo da formação jurídica, tal implica dizer que o egresso do Curso de Direito em implantação deverá, ao mesmo tempo, estar preparado para lidar com (e compreender criticamente) questões ligadas ao processo de globalização e internacionalização do Direito (novos atores internacionais, Direito Comunitário e da Integração, Blocos Internacionais, relações entre Direito interno e internacional, direitos da personalidade em face do biodireito, a questão da bioética, das Cortes Internacionais de Justiça etc.), assim como estar preparado para lidar com (e compreender criticamente) questões atinentes ao Direito

Agrário, Ambiental, demandas cíveis tradicionais (contratos, responsabilidade civil, direitos reais, família, sucessões...), empresariais, criminais, trabalhistas e assim por diante.

Para isto, na primeira linha de demanda do egresso, sustenta-se a necessidade de disciplinas (com abordagens novas e abertas às mudanças indicadas) como Sociologia Geral e Jurídica, Filosofia Geral e Jurídica, Ciência Política e Teoria do Estado, Economia Política, Direito Internacional Público, por exemplo. Algumas disciplinas tradicionais, como Direito Civil, Trabalho, Penal, Empresarial etc., podem desenvolver, na forma do encaminhamento de seus conteúdos programáticos, conteúdos que dêem conta das novas tendências da dogmática diante da perspectiva globalizada e internacionalizada.

Na segunda linha destacamos que a fim de melhor estruturar nosso Projeto-Pedagógico, e de justificarmos a importância do Curso de Direito para o Estado nos propusemos a traçar o perfil do egresso para justificar de forma abalizada a necessidade do Curso de Direito para o Estado de Mato Grosso.

O Curso visa formar um profissional: com conhecimento sólido dos elementos e princípios que constituem a experiência jurídica; com instrumental para aplicação dos conhecimentos teóricos à realidade prática; dotado de uma visão lúcida e crítica, universal e científica voltadas para a realização do Direito; apto para, diante das transformações sociais e a realidade nacional, compreender, interpretar e contribuir na criação do Direito e na sua justa aplicação. O exercício da advocacia; exercício de funções públicas; magistratura; ministério público; carreira policial; magistério jurídico, diplomacia.

Na terceira linha de formação do que se espera do perfil do egresso, reforça-se as demandas tradicionais de compreensão técnica e crítica da legislação, do desenvolvimento das habilidades profissionais, argumentativas e sociais que se aguarda dos operadores do Direito, com reforço de conteúdos decorrentes do surgimento de novos Direitos (como, *vg.*, Previdenciário e Consumidor). Daí justificam-se as demais disciplinas e matérias do currículo mínimo, desdobradas seqüencialmente de forma a atender as peculiaridades regionais.

Logo, com base nas demandas reais e potenciais do mercado, este Curso de Direito propõe-se a formar um profissional capaz do seguinte:



- a) Tomar decisões e saber implementá-las no interesse da Justiça;
- b) Identificar a melhor forma de organização de processos e atos jurídicos;
- c) Agir na comunidade, em todos os seus segmentos, segundo os princípios da moral e da ética, atuando como um agente de transformação em nome da justiça e da equidade social;
- d) Compreender e dominar o entendimento pleno dos atos jurídicos e das decisões da Justiça, valorizando o trabalho em equipe, numa dimensão inter e multidisciplinar;
- e) Desempenhar suas atividades como profissional competente e ético, em quaisquer organismos da administração pública, no complexo das atividades empresariais e/ou na defesa dos interesses legítimos do cidadão;
- f) Colaborar com a formação do comportamento do cidadão e com o desenvolvimento da cultura e do sentimento de solidariedade humana.
- Para atingir estes objetivos, a presente proposta compreende um currículo pleno para habilitar seu egresso à:
- a) Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade.
- b) Compreensão teórica e metodológica das realidades sociais, e do Direito, que possibilite resolução dos problemas e desafios, com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social.
- c) Estabelecimento das dimensões investigativa e interativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade.
- d) Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional.
- e) Pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais.
- f) Ética como princípio que perpassa toda a formação profissional.
- g) Concatenação entre supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio e seu exercício no campo jurídico.
- h) Profissionais competentes em sua área de desempenho, mas generalista em sua formação intelectual e cultural.
- i) Domínio de amplo rol de informações, com capacidade de diagnosticar rapidamente a realidade, em um mundo cada vez mais globalizado.
- j) Capacidade de apresentar propostas criativas e inovadoras em seu campo de trabalho.
- Em resumo, aguarda-se a formação e desenvolvimento das seguintes características e habilidades, apresentadas no quadro abaixo:



| | |
|---|--|
| (a) permanente formação humanística, técnico-jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais; | Introdução ao Estudo do Direito, Sociologia Geral e Jurídica, Filosofia Geral e Jurídica, Ciência Política e Teoria do Estado, Economia Política, Direito Internacional Público, Criminologia, Teoria Geral dos Direitos Humanos. Antropologia Jurídica, Língua Portuguesa, Hermenêutica Jurídica, História do Direito, Teoria Geral do Direito. |
| (b) conduta ética associada à responsabilidade social e profissional; | Ética Geral e Profissional |
| (c) capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito a partir da constante pesquisa e investigação; | Introdução ao Estudo do Direito, Metodologia da Pesquisa Jurídica e Linguagem Jurídica. |
| (d) capacidade para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com as demandas individuais e sociais | Sociologia Geral e Jurídica, Criminologia, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito Processual do Trabalho e Prática Jurídica. |
| (e) capacidade de desenvolver formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos | Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito Processual do Trabalho, Direito Internacional Público, Prática Jurídica. |
| (f) capacidade de atuação individual, associada e coletiva no processo comunicativo próprio ao seu exercício profissional | Atividades Complementares, Prática Jurídica, Metodologia da Pesquisa Jurídica, Orientação ao Trabalho de Conclusão de Curso. |
| (g) domínio da gênese, dos fundamentos, da evolução e do conteúdo do ordenamento jurídico vigente; | Introdução ao Estudo do Direito, Ciência Política e Teoria do Estado, Criminologia, Direito Civil, Direito Penal, Direito Constitucional, Teoria Geral dos Direitos Humanos, Direito Administrativo, Teoria Geral do Processo, Direito Empresarial, Direito Tributário, Direito Processual Civil, Direito do Consumidor, Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, Direito Internacional Público, Direito Ambiental Direito da Seguridade Social, Direito da Criança e do Adolescente. Direito Eleitoral, Medicina Legal, Direito Agrário, |
| (h) consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço. | Introdução ao Direito, Sociologia Geral e Jurídica, Filosofia Geral e Jurídica, Ciência Política e Teoria do Estado, Economia Política, Criminologia, Ética Geral, Teoria Geral dos Direitos Humanos. |



1.3. ORIENTAÇÕES BÁSICAS

O Curso de Direito da UNEMAT está concebido, como se vê, dentro de um espírito de busca de novos caminhos e conhecimentos, com a esperança de que a contribuição para a formação profissional de novos bacharéis seja também modo eficaz de ajudar a solucionar os impasses da sociedade brasileira.

Então, a sua matriz curricular, organizada em consonância com os delineamentos estabelecidos na concepção e objetivos do Curso, procura alcançar a maior correspondência de seu conteúdo com as ênfases pretendidas, bem como contemplar adequadamente as atividades teórico-práticas, a compreensão interdisciplinar, a transmissão crítica e a produção criativa do conhecimento, segundo as seguintes orientações básicas:

A compatibilização da concepção do curso (formação de bases humanísticas, sobre as quais se erige uma profissionalização que atenda às necessidades gerais do exercício de profissões jurídicas) com o contexto cultural, social e econômico em que atua, deverá transparecer claramente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O desenvolvimento do Curso buscará também privilegiar as interfaces com outros cursos de graduação e pós-graduação, ministrados pela UNEMAT e com os quais o Curso de Direito procurará estabelecer estreitas interações, nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

A matriz curricular, compatibilizada com o contexto histórico-cultural, deverá representar um forte instrumento de realização das finalidades da Instituição e dos objetivos do Curso de Direito, além de apresentar flexibilidade suficiente para oferecer experiências diversificadas de aprendizagem e para permitir ajustes aos contextos regionais no oferecimento de curso fora da sede.

O conteúdo dos planos curriculares deve ser compreendido numa perspectiva ampla, de forma a incluir o que devemos *saber* (conhecimento), o que devemos *saber fazer* (procedimental), o que devemos *ser* (ético) e o *saber conviver* (político);

As relações teoria e prática, deverão sempre nortear a condução de um ensino em que as atividades de sala de aula estejam sempre em interação com as de estágio, de pesquisa e de extensão. Serão a base para o tratamento **interdisciplinar** do conhecimento e para o verdadeiro sentido da formação crítica, ensejando diálogo permanente com a realidade, privilegiando-se, a partir daí, o ensino voltado para a construção das habilidades de interpretação e aplicação da lei.

Para tanto, os estágios e as *práticas jurídicas* deixam de ter aquele tradicional significado de “prática forense”, exclusiva das últimas séries. Embora também as inclua, os estágios são concebidos de forma bem mais ampla. Serão desenvolvidos incluindo a observação orientada e a participação, não apenas nas lides forenses, mas em todo o espectro de instituições onde o Direito ocorre.

As atividades complementares são também concebidas como formas de ampliação das experiências acadêmicas do aluno, proporcionando um conjunto diversificado de vivências, no intuito de enfatizar a participação nas atividades de pesquisa e extensão.



A pesquisa, como atividade institucional do Curso de Direito, está fundamentalmente ligada ao ensino e à extensão, e terá como principais expressões a Monografia Final, as pesquisas pontuais e projetos específicos.

A avaliação será preocupação constante, não se restringindo à verificação do rendimento escolar do aluno quanto às disciplinas do currículo, mas sim de forma ampliada, abrangendo o ensino, a pesquisa, a extensão.

Assim, a par da verificação da aprendizagem, deverão ser avaliados todos os aspectos envolvidos na atividade institucional.

2. METODOLOGIA

A opção do curso é pela utilização tanto da aula debate, da aula com desenvolvimento de trabalhos, quanto da técnica de aula expositiva, nas suas formas participativa e dialógica, sem prejuízo da utilização, por parte do professor, de todas as demais técnicas que visem ao desenvolvimento do raciocínio e a construção do conhecimento. Em todas as modalidades, incentivar-se-á, sempre, o desenvolvimento das habilidades de construção crítica do conhecimento. Para tanto, será também incentivada a realização de atividades em grupo e seminários.

Em todas as atividades de ensino, privilegiar-se-á a compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico. A interdisciplinaridade deverá ser buscada tanto no âmbito interno do próprio curso, mas também nas suas interfaces com os demais cursos da instituição, bem ainda com outras áreas do conhecimento. Esta perspectiva deverá caracterizar tanto o desenvolvimento das aulas do conteúdo disciplinar quanto às atividades complementares, a pesquisa e a extensão.

No que se refere à prática jurídica, deverá ele ser desenvolvido, através de atividades práticas, individuais, em pequenos grupos e em grupos maiores, dependendo da atividade específica. Não há, no estágio, a utilização de aulas expositivas, devendo o professor atuar como consultor, orientador e supervisor.

Quanto ao Trabalho de Conclusão de Curso, a orientação dar-se-á também de forma individual, em pequenos grupos e em grupos maiores, relativamente, às questões de conteúdo e às questões metodológicas.

2.1. PESQUISA

A pesquisa, como atividade institucional do Curso de Direito, está fundamentalmente ligada ao ensino e à extensão, e terá como principais expressões a Monografia de Conclusão de Curso, as pesquisas pontuais e projetos específicos. Em razão disso, foram, inclusive, criadas disciplinas e atividades especificamente voltadas à preparação, orientação e desenvolvimento da pesquisa, como Metodologia de Pesquisa e Orientação de Monografia de Conclusão de Curso.

A Faculdade de Direito da UNEMAT incentivará o desenvolvimento de atividades de pesquisa pontualmente nas diversas disciplinas que compõem o currículo, mediante orientação dos respectivos professores bem de projetos específicos, desenvolvidos por professores, com a participação de alunos do curso, através de



recursos técnicos e/ou financeiros. Serão priorizados os projetos de pesquisa que mantenham interfaces com as demais áreas de ensino da Instituição.

Dessa forma, as atividades de pesquisa a serem desenvolvidas no Curso de Direito seguem 3 (três) linhas básicas: a pesquisa pontual, nas disciplinas; a Monografia de Conclusão de Curso e os projetos desenvolvidos por docentes pesquisadores.

No atual estágio está em vigor a Resolução n. 109/2003-CONEPE que disciplina a política de pesquisa desta IES, entretanto, o que se pretende implantar especialmente para Curso de Ciências Jurídicas é a pesquisa nomeadamente de cunho investigativo de modo a incentivar o acadêmico à iniciação científica sob a orientação de docente lotado no Departamento de Ciências Jurídicas. De modo que a implementação desse propósito dependerá de normatização específica devidamente aprovada pelo CONEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão o que se dará após a definição pelo Departamento de Ciências Jurídicas das suas linhas de pesquisa da UNEMAT tal como solicitado recentemente pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

2.2. EXTENSÃO

A extensão como processo educativo, cultural, científico e tecnológico, deverá manter articulação com o ensino e com a pesquisa, consolidando a relação entre a universidade e a sociedade por meio de compromissos e parcerias mútuas, através de práticas de intervenção social, objetivando a produção do saber transformador e formador da cidadania e da consciência crítica. (art. 13 da Resolução n. 142/2007-CEE/MT).

A extensão no Curso de Direito está vinculada a diversos aspectos, em especial, à pesquisa e às atividades complementares. Nesse sentido, o curso manterá, entre outras atividades, uma programação regular de eventos e serviços.

No tocante aos serviços manterá, também, um Serviço de Assistência Jurídica, que prestará atendimento à população carente e cujas atividades serão computadas para o cumprimento do Estágio Supervisionado.

Dessa forma, as atividades de extensão desenvolvidas dirigem-se à comunidade e aos próprios alunos e professores do Curso de Direito, mantendo integração com o ensino e com a pesquisa. Todas as atividades de extensão deverão plenificar o diálogo de saberes entre a Instituição e a comunidade.

2.3. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares têm por finalidade propiciar ao acadêmico, em prolongamento ao currículo pleno, uma trajetória autônoma e particular, com conteúdos e instrumentais que lhe permitam o enriquecer cultural e do conhecimento jurídico proposto pelo curso.

A proposta que orienta o cumprimento das Atividades Complementares pelo estudante do Curso Bacharelado em Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso, tem base nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito instituídas pela Resolução nº 9, de 29 de setembro de 2004, aprovada pela



Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (Ministério da Educação – MEC), art. 2º, § 1º, inciso X e art. 8º.

As Atividades Complementares são componentes curriculares que visam enriquecer e complementar o perfil do formando, podendo ser iniciadas a partir do 1º período pelo estudante, que deverá cumprir pelo menos 150 (cento e cinquenta) horas de Atividades Complementares.

Evidencia-se que as Atividades Complementares são componentes curriculares, cuja carga horária integrará o registro curricular do formando, porém, deverão ser desenvolvidas por meio de atividades extracurriculares, de modo a possibilitar o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do discente, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

São consideradas Atividades Complementares:

- I. Pesquisa e Iniciação Científica;
- II. Extensão;
- III. Monitoria;
- IV. Seminários, Simpósios, Congressos, Conferências, Fórum;
- V. Produções coletivas;
- VI. Participação na organização de atividades culturais, eventos, fomento, assessoria a grupos sociais, desde que conste no certificado a respectiva carga horária.
- VII. Cursos com carga horária de, no mínimo 20(vinte) horas;
- VIII. Estudo dirigido, desde que não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária e sejam acompanhados pelo professor responsável pelas Atividades Complementares.

As atividades de monitoria, participação em projetos de pesquisa e/ou extensão, as produções coletivas, devem ser computados em 30 (trinta) horas por semestre como Atividades Complementares.

O estudo dirigido, por sua vez, constitui-se em atividade orientada pelo professor-coordenador do estudo e o aluno o desenvolverá em forma de estudo independente. A carga horária de cada atividade de estudo dirigido será definida pelo professor coordenador do estudo.

Fica a critério do Colegiado de Curso avaliar, para efeito do cumprimento da carga horária de Atividades Complementares, os cursos de cunho técnico profissionalizante e de proficiência em Língua Estrangeira.

2.4. ESTÁGIOS



O estágio, desde a edição da Portaria MEC 1886, deixou de denominar-se prática forense e agora é titulada prática jurídica, como decorrência da concepção de que o Direito não se resume ao “mundo do foro”, mas pode ser encontrado em outros contextos.

Tais atividades, simuladas e reais, devem ser exclusivamente práticas, sem utilização de aulas expositivas, compreendendo, entre outras, redação de atos jurídicos e profissionais, peças e rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões, visitas relatadas a órgãos judiciários e demais repartições públicas ou privadas, análise de autos findos, prestação de serviços jurídicos, treinamento de negociação, mediação, arbitragem e conciliação, resolução de questões.

A finalidade do estágio curricular é proporcionar ao aluno formação prática, com desenvolvimento das habilidades necessárias à atuação profissional. A concepção e organização das atividades práticas devem estar adequadas aos conteúdos dos eixos de formação fundamental e profissional, trazendo ao discente uma perspectiva integrada da formação teórica e prática.

Cada aluno deverá cumprir um mínimo de 300 horas/atividade de Estágio Supervisionado, abrangendo Visitas Orientadas, Práticas Simuladas e Reais, realizadas conforme previsão do plano curricular, preponderantemente no Núcleo de Prática Jurídica.

Com efeito, cria-se, no âmbito do Curso de Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso, o Núcleo de Prática Jurídica, em obediência e em conformidade ao disposto na Resolução CNE/CES nº 09/2004, do Ministério da Educação, que institui as diretrizes curriculares dos cursos de graduação em Direito.

Nesse sentido, as atividades de estágio serão realizadas de forma simulada e real, sendo que, no último caso, serão efetivadas por meio do Serviço de Assistência Jurídica, que contempla a prestação de assistência jurídica aos hipossuficientes, de acordo com o disposto na regulamentação do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ).

Os estágios deverão ser planejados com a colaboração dos docentes das diversas disciplinas do curso que se reunirão com a coordenação de estágios, para discutir as atividades do ano anterior e apresentar sugestões de atividades para o ano seguinte.

2.5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Para concluir o curso, os alunos deverão apresentar e defender, perante banca examinadora, trabalho de conclusão de curso, denominado de Monografia de Conclusão de Curso.

Relativamente a ele, destacam-se os seguintes pontos fundamentais:

- a) existência de disciplinas específicas, nos semestres iniciais, destinadas a fornecer as bases teóricas e metodológicas do pensamento científico;
- b) destinação de horas especificamente para a orientação da elaboração da Monografia.



A Monografia de Conclusão de Curso deverá refletir todo aprendizado do acadêmico, que dá os últimos passos na graduação antes de iniciar a vida profissional, em qualquer das áreas de atuação jurídica. A exigência da Monografia reforça o argumento de que o curso de Direito deve ter efetivo compromisso com a pesquisa. Representa um momento privilegiado para a formação do aluno, como um coroamento do currículo pleno e dos objetivos propostos para o curso. Significa também um convite explícito à continuidade da vida acadêmica, sendo, por muitos, encarada como um prenúncio de uma futura dissertação de mestrado e de tese de doutorado. Com a exigência da Monografia, o acadêmico será estimulado a elaborar um projeto de pesquisa sobre um tema de seu interesse. Em seguida, será orientado a realizar pesquisa, com fim específico, colocando nela toda a universalidade de valores colhida durante a graduação.

As formas de operacionalização dessas atividades são estabelecidas no Regulamento específico para Monografia de Conclusão de Curso.

A denominação Monografia de Conclusão de Curso guarda coerência com a Resolução 296/2004 – CONEPE cujo artigo 19, III, exige que o corpo do trabalho (introdução, desenvolvimento e conclusão) deve possuir, no mínimo 25 (vinte e cinco) páginas, sendo, portanto, clara a opção pelo trabalho monográfico.

3. MATRIZ CURRICULAR

3.1. CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDOS

A proposta de matriz curricular busca uma formulação de plena inserção contextual e coerência com a concepção de curso, e assim efetivamente contribuir para a realização das proposições da UNEMAT e para a consecução dos objetivos do Curso de Direito.

O plano de estudos constitui-se a partir de três categorias principais, em que são incluídas as disciplinas e atividades do curso. A inclusão de cada uma das disciplinas e atividades curriculares nas categorias principais que se seguem, leva em conta a ênfase maior que é dada aos conteúdos da disciplina e/ou atividade, sem prejuízo de que estes possam abranger mais de uma categoria.

| CATEGORIA PRINCIPAL | DISCIPLINAS/ATIVIDADES |
|--|--|
| Estudos gerais e humanísticos fundamentais | Introdução ao Estudo do Direito; História do Direito; Ciência Política; Economia Política; Filosofia Geral; Sociologia Geral e Jurídica; Filosofia Geral e Jurídica; Ética Geral e Profissional; Língua Portuguesa; Hermenêutica jurídica e Antropologia Jurídica |
| Estudos profissionalizantes | Introdução ao Estudo do Direito I e II; Teoria do Estado e da Constituição; Direito Constitucional; Direito Civil; Direito Penal; Criminologia; Direito Empresarial; Direito do Trabalho; Direito Agrário; Direito Ambiental; Direito Administrativo; Direito Tributário; Direito Internacional; Metodologia da Ciência do Direito; Mediação e Arbitragem; Direito da Seguridade Social; Teoria Geral do |



| | |
|--|---|
| | Direito; Teoria Geral do Processo; Direito Processual Civil; Direito do Consumidor; Direito Processual Penal; Direito do Trabalho; Medicina Legal; Estatuto da Criança e do Adolescente; Direito Processual do Trabalho; Ética Geral e Profissional; Eletivas I (Direito Imobiliário, Direito e Desenvolvimento Urbano, Direito Comunitário e da Integração, Movimentos Sociais e Reforma Agrária, Direito Municipal, Teoria Geral dos Direitos Fundamentais) Optativas I (Informática Aplicada, Inserção Profissional e Mercado de Trabalho, Bioética e Direito) Estágios Supervisionados. |
| Estudos instrumentais e complementares | Metodologia Científica; Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso; Atividades Complementares. |

3.2. A ESTRUTURA CURRICULAR

O curso de Direito estará estruturado em Disciplinas Obrigatórias, Disciplinas Eletivas Obrigatórias e Disciplinas Eletivas Livres, oferecidas conforme plano curricular. As disciplinas obrigatórias devem ser obrigatoriamente oferecidas pelo Curso e também obrigatoriamente deverão ser efetivadas pelo discente.

As disciplinas eletivas obrigatórias são de escolha do Curso, para oferecimento ao aluno, dentro de um elenco pré-estabelecido, sendo obrigatória para o aluno. A Coordenação do Curso poderá oferecer mais de uma opção de disciplina, dentro do elenco pré-estabelecido para o semestre, para que o discente possa se matricular.

Por sua vez, as disciplinas eletivas livres oportunizarão aos acadêmicos uma complementaridade em seu histórico curricular, não sendo obrigatórias. O Curso poderá oferecer aos discentes, de acordo com o elenco pré-estabelecido para as disciplinas eletivas obrigatórias, disciplinas eletivas livres, com a finalidade de privilegiar o conhecimento em determinada área do conhecimento jurídico.

3.2.1 - Disciplinas Obrigatórias

Ciência Política; Economia política; Filosofia do Direito; Filosofia Geral; Sociologia do Direito; Língua Portuguesa; Antropologia Jurídica; Metodologia da Pesquisa Jurídica; Psicologia Jurídica; Ética Profissional; História do Direito; Introdução ao Estudo do Direito; Teoria do Direito; Direito Constitucional I; Direito Constitucional II; Direitos Fundamentais; Microssistema de Direitos Difusos e Coletivos I; Direito Civil I- Parte Geral; Direito Civil II- Parte Geral; Direito civil III – Obrigações; Direito civil IV – Teoria geral dos contratos; Direito Civil V – Família; Direito Civil VI – Sucessões; Direito Civil VII – Reais; Direito Penal I – Parte Geral; Direito Penal II – Parte Geral; Direito Penal III – Parte Especial; Direito Penal IV – Parte Especial; Legislação Penal Extravagante; Direito Empresarial I; Direito Empresarial II; Direito do Trabalho I; Direito do Trabalho II; Direito Agrário; Direito Ambiental I; Direito Administrativo I; Direito Administrativo II; Direito Tributário I – Teoria geral; Direito Internacional Público; Proteção Internacional dos



Direitos Humanos; Direito Previdenciário; Direito Processual Civil I; Direito Processual Civil II; Direito Processual Civil III; Direito Processual Civil IV; Direito Processual Civil V; Direito Processual Penal I; Direito Processual Penal II; Direito Processual Penal III; Direito Processual do Trabalho I; Direito Processual do Trabalho II; Direito Eleitoral; Prática Jurídica I – Civil; Prática Jurídica II – Civil; Prática Jurídica III – Penal; Prática Jurídica IV – Trabalhista; Monografia I; Monografia II; Monografia III.

3.2.2 - Disciplinas Eletivas Obrigatórias

Existem 09 Disciplinas Eletivas Obrigatórias. O departamento poderá oferecer mais de uma opção de disciplina eletiva obrigatória por semestre. As disciplinas que podem ser escolhidas pelo colegiado de curso são, no geral: Mediação e Arbitragem; Contratos em espécie; Ambiental II; Direito Tributário II; Direito Urbanístico; Direito Financeiro; Direito Econômico; Política Internacional e Diplomacia; Direito e Bioética; Hermenêutica Jurídica; Microssistema de Direitos Difusos e Coletivos II; Microssistema de Direitos Difusos e Coletivos III; Direito Internacional Privado; Criminologia; Direito Administrativo III; Teoria Política Contemporânea; Execução Penal e Direito Penitenciário; Direito Falimentar; Fundamentos do Direito do Trabalho; Direito de Integração e Comunitário; Negociação Coletiva e Sindicalismo; Direito Aduaneiro e Comércio Exterior; Processo Constitucional; Processo Tributário; Planejamento Urbano; Direito Civil Contemporâneo; Direito do Trabalho Contemporâneo; Direito Penal Contemporâneo; Direito Constitucional Contemporâneo; Libras; Informática Aplicada; Medicina Legal.

3.2.3 - Disciplinas Eletivas Livres

A disciplina eletiva livre poderá ser realizada nos cursos de oferecidos UNEMAT. É da escolha do acadêmico, respeitado os pré-requisitos e normas do curso que acolhe a disciplina escolhida. O Curso poderá oferecer disciplinas eletivas livres, dentre aquelas pré-estabelecidas para as disciplinas eletivas obrigatórias.

4. MATRIZ CURRICULAR ORGANIZADA A PARTIR DAS TRÊS UNIDADES CURRICULARES

| Unidade Curricular I – Formação Geral e Humanística | | | | | | | |
|---|----|---------|---|---|---|---|----------------|
| Disciplina | CH | Crédito | | | | | Pré-requisitos |
| | | T | P | L | C | D | |
| Ciência Política | 60 | 4 | | | | | |
| Economia política | 60 | 4 | | | | | |
| Filosofia do Direito | 60 | 4 | | | | | |
| Filosofia Geral | 60 | 4 | | | | | |
| Sociologia do Direito | 60 | 4 | | | | | |
| Língua Portuguesa | 60 | 4 | | | | | |



| | | | | | | | | |
|----------------------------------|-----|-------------|--|--|--|--|--|---|
| Antropologia Jurídica | 60 | 4 | | | | | | - |
| Metodologia da Pesquisa Jurídica | 60 | 4 | | | | | | - |
| Psicologia Jurídica | 60 | 4 | | | | | | - |
| Ética Profissional | 60 | 4 | | | | | | - |
| História do Direito | 60 | 4 | | | | | | - |
| Total | 660 | 44 créditos | | | | | | |

LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

| Unidade Curricular II – Formação Específica – Profissional, Estágio e Monografia | | | | | | | | |
|--|----|---------|---|---|---|---|----------------|------------|
| Disciplina | CH | Crédito | | | | | Pré-requisitos | |
| | | T | P | L | C | D | | |
| Introdução ao Estudo do Direito | 60 | 4 | | | | | | - |
| Teoria do Direito | 60 | 4 | | | | | | - |
| Direito Constitucional I | 60 | 4 | | | | | | - |
| Direito Constitucional II | 60 | 4 | | | | | | DCONST - I |
| Direitos Fundamentais | 60 | 4 | | | | | | - |
| Microssistema de Direitos Difusos e Coletivos I | 60 | 4 | | | | | | - |
| Direito Civil I- Parte Geral | 60 | 4 | | | | | | - |
| Direito Civil II- Parte Geral | 60 | 4 | | | | | | DC - I |
| Direito civil III – Obrigações | 60 | 4 | | | | | | - |
| Direito civil IV – Teoria geral dos contratos | 60 | 4 | | | | | | - |
| Direito Civil V – Família | 60 | 4 | | | | | | - |
| Direito Civil VI – Sucessões | 60 | 4 | | | | | | - |
| Direito Civil VII - Reais | 60 | 4 | | | | | | DC - II |
| Direito Penal I – Parte Geral | 60 | 4 | | | | | | - |
| Direito Penal II – Parte Geral | 60 | 4 | | | | | | DPEN-I |
| Direito Penal III – Parte Especial | 60 | 4 | | | | | | - |
| Direito Penal IV – Parte Especial | 60 | 4 | | | | | | - |
| Legislação Penal Extravagante | 60 | 4 | | | | | | - |
| Direito Empresarial I | 60 | 4 | | | | | | - |
| Direito Empresarial II | 60 | 4 | | | | | | - |
| Direito do Trabalho I | 60 | 4 | | | | | | - |
| Direito do Trabalho II | 60 | 4 | | | | | | DIT-I |
| Direito Agrário | 60 | 4 | | | | | | - |



| | | | | | | | |
|---|-------------|---------------------|---|--|--|--|--------------------|
| Direito Ambiental I | 60 | 4 | | | | | - |
| Direito Administrativo I | 60 | 4 | | | | | - |
| Direito Administrativo II | 60 | 4 | | | | | DAD-I |
| Direito Tributário I – Teoria Geral | 60 | 4 | | | | | - |
| Direito Internacional Público | 60 | 4 | | | | | - |
| Proteção Internacional dos Direitos Humanos | 60 | 4 | | | | | - |
| Direito Previdenciário | 60 | 4 | | | | | - |
| Direito Processual Civil I | 60 | 4 | | | | | - |
| Direito Processual Civil II | 60 | 4 | | | | | - |
| Direito Processual Civil III | 60 | 4 | | | | | - |
| Direito Processual Civil IV | 60 | 4 | | | | | - |
| Direito Processual Civil V | 60 | 4 | | | | | - |
| Direito Processual Penal I | 60 | 4 | | | | | - |
| Direito Processual Penal II | 60 | 4 | | | | | - |
| Direito Processual Penal III | 60 | 4 | | | | | - |
| Direito Processual do Trabalho I | 60 | 4 | | | | | DIT-II |
| Direito Processual do Trabalho II | 60 | 4 | | | | | DPT - I |
| Direito Eleitoral | 60 | 4 | | | | | - |
| Prática Jurídica I - Civil | 60 | | 4 | | | | DC – II; DPC - I |
| Prática Jurídica II - Civil | 60 | | 4 | | | | |
| Prática Jurídica III - Penal | 120 | | 8 | | | | DPEN II; DPP - III |
| Prática Jurídica IV - Trabalhista | 60 | | 4 | | | | DT – I. |
| Monografia Jurídica I | 30 | 2 | | | | | - |
| Monografia Jurídica II | 30 | | 2 | | | | MONO – I |
| Total | 2820 | 188 créditos | | | | | |

LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

| Unidade Curricular III – Formação Complementar – Eletivas Obrigatórias | | | | | | | |
|---|----|---------|---|---|---|---|----------------|
| Disciplina | CH | Crédito | | | | | Pré-requisitos |
| | | T | P | L | C | D | |
| Disciplina Eletiva Obrigatória I | 60 | | | | | 4 | - |
| Disciplina Eletiva Obrigatória II | 60 | | | | | 4 | - |
| Disciplina Eletiva Obrigatória III | 60 | | | | | 4 | - |



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONEPE



| | | | | | | | |
|-------------------------------------|----|---|--|--|--|---|---|
| Disciplina Eletiva Obrigatória IV | 60 | 4 | | | | | - |
| Disciplina Eletiva Obrigatória V | 60 | 4 | | | | | - |
| Disciplina Eletiva Obrigatória VI | 60 | | | | | 4 | - |
| Disciplina Eletiva Obrigatória VII | 60 | 4 | | | | | - |
| Disciplina Eletiva Obrigatória VIII | 60 | 4 | | | | | - |
| Disciplina Eletiva Obrigatória IX | 60 | 4 | | | | | - |

| | | | | | | | |
|-------|-----|-------------|--|--|--|--|--|
| Total | 540 | 36 créditos | | | | | |
|-------|-----|-------------|--|--|--|--|--|

LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

| Disciplina | Crédito | T | P | L | C | D | Pré-requisitos |
|--|---------|---|---|---|---|---|----------------|
| Informática Aplicada | 60 | | | | | | - |
| Disciplina | 60 | | | | | | Pré-requisitos |
| Mediação e Arbitragem | 60 | | | | | 4 | - |
| Medicina Legal | 60 | | | | | | - |
| Direito Ambiental II | 60 | | | | | 4 | - |
| Microsistema de Direitos Difusos e Coletivos I | 60 | | | | | 4 | - |
| Microsistema de Direitos Difusos e Coletivos II | 60 | | | | | 4 | - |
| Microsistema de Direitos Difusos e Coletivos III | 60 | | | | | 4 | - |
| Direito Aduaneiro e Comércio Exterior | 60 | | | | | 4 | - |
| Sindicalismo | 60 | | | | | 4 | - |
| Direito Civil Contemporâneo | 60 | | | | | 4 | - |
| Política Internacional e Diplomacia | 60 | | | | | 4 | - |
| Direito Civil IV A – Contratos em Espécie | 60 | | | | | 4 | - |
| Direito Constitucional | 60 | | | | | | - |
| Processo Tributário Contemporâneo | 60 | | | | | | - |
| Direito de Família Contemporânea | 60 | | | | | 4 | - |
| Direito de Família Comunitário | 60 | | | | | | - |
| Direito Tributário II | 60 | | | | | | - |
| Direito do Trabalho Contemporâneo | 60 | | | | | | - |
| Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais | 60 | | | | | | - |
| Direito e Bioética | 60 | | | | | 4 | - |
| Direito Econômico | 60 | | | | | | - |
| Direito Falimentar | 60 | | | | | 4 | - |
| Direito Financeiro | 60 | | | | | | - |
| Direito Internacional Privado | 60 | | | | | 4 | - |
| Direito Penal Contemporâneo | 60 | | | | | | - |
| Direito Urbanístico | 60 | | | | | | - |
| Execução Penal e Direito Penitenciário | 60 | | | | | 4 | - |
| Fundamentos do Direito do Trabalho | 60 | | | | | | - |
| Hermenêutica Jurídica | 60 | | | | | | - |

LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância



5. MATRIZ CURRICULAR ORGANIZADA POR FASES

| 1ª FASE | | | | | |
|---------------------------------|--------|-----------------------|---------------------------------|-----------------------------------|----------------|
| DISCIPLINAS | CÓDIGO | CRÉDITOS T.P.L.C.D | CARGA HORÁRIA SEMANA L | CARGA HORÁRIA SEMESTR AL | PRÉ-REQUISITOS |
| Introdução ao Estudo do Direito | IED | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Ciência Política | CPO | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Filosofia Geral | FIG | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Economia Política | ECOP | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Língua Portuguesa | LPO | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| História do Direito | HD | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Total | - | 24.0.0.0.0 | 24 | 360 | - |

LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

| 2ª FASE | | | | | |
|---------------------------------|--------|-----------------------|---------------------------------|-----------------------------------|----------------|
| DISCIPLINAS | CÓDIGO | CRÉDITOS T.P.L.C.D | CARGA HORÁRIA SEMANA L | CARGA HORÁRIA SEMESTR AL | PRÉ-REQUISITOS |
| Teoria do Direito | TD | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Direito Constitucional I | DCONST | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Antropologia Jurídica | ANJ | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Direito Civil I – Parte Geral I | DCI-I | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Sociologia do Direito | SOD | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Filosofia do Direito | FID | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Total | - | 24.0.0.0.0 | 24 | 360 | - |

LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância



| 3ª FASE | | | | | |
|-----------------------------------|-----------|-----------------------|-----------------------------|-------------------------------|----------------|
| DISCIPLINAS | CÓDIGO | CRÉDITOS T.P.L.C.D | CARGA HORÁRIA SEMANAL | CARGA HORÁRIA SEMESTRAL | PRÉ-REQUISITOS |
| Direito Processual Civil I | DPC-I | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Direito Penal I | DPEN-I | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Psicologia Jurídica | PSJ | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Direito Civil II – Parte Geral II | DCI-II | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | DCI-I |
| Metodologia da Pesquisa Jurídica | MPJ | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | |
| Direito Constitucional II | DCONST-II | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | DCONST-I |
| Total | - | 24.0.0.0.0 | 24 | 360 | - |

LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

| 4ª FASE | | | | | |
|--|---------|-----------------------|-----------------------------|-------------------------------|----------------|
| DISCIPLINAS | CÓDIGO | CRÉDITOS T.P.L.C.D | CARGA HORÁRIA SEMANAL | CARGA HORÁRIA SEMESTRAL | PRÉ-REQUISITOS |
| Direito Civil III – Direito das Obrigações | DCI-III | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | |
| Direitos Fundamentais | DFM | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | |
| Direito Processual Penal I | DPP-I | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | |
| Direito Penal II | DPEN-II | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | DPEN-I |
| Direito Administrativo I | DAD-I | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | |
| Direito Processual Civil II | DPC-II | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | |
| Total | - | 24.0.0.0.0 | 24 | 360 | - |

LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

| 5ª FASE | | | | | |
|---|---------|-----------------------|-----------------------------|-------------------------------|----------------|
| DISCIPLINAS | CÓDIGO | CRÉDITOS T.P.L.C.D | CARGA HORÁRIA SEMANAL | CARGA HORÁRIA SEMESTRAL | PRÉ-REQUISITOS |
| Direito Civil IV – Teoria Geral dos Contratos | DCI-IV | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Direito Processual Civil III | DPC-III | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONEPE



| | | | | | |
|---|----------|------------|----|-----|---|
| Direito Administrativo II | DADII | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Direito Ambiental I | DAM-I | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Direito Processual Penal II | DPP-II | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Direito Penal III | DPEN-III | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Disciplina Eletiva Obrigatória I | DEO-II | 3.0.0.0.1 | 4 | 60 | - |
| Total | - | 27.0.0.0.1 | 28 | 420 | - |
| Disciplinas Eletivas Obrigatórias: Direito Internacional Privado; Criminologia; Mediação e Arbitragem; Política Internacional e Diplomacia; Informática Aplicada. | | | | | |

LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

| 6ª FASE | | | | | |
|--|---------|-----------------------|------------------------------|-------------------------------|----------------|
| DISCIPLINAS | CÓDIGO | CRÉDITOS T.P.L.C.D | CARGA HORÁRIA SEMANTAL | CARGA HORÁRIA SEMESTRAL | PRÉ-REQUISITOS |
| Direito Civil V – Direito de Família | DCI-V | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Direito Processual Civil IV | DPC-IV | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Microsistema de Direitos Difusos e Coletivos I | MDDC-I | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Direito Empresarial I | DEM-II | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Direito Processual Penal III | DPP-III | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Direito Penal IV | DPEN-IV | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Disciplina Eletiva Obrigatória II | DEO-III | 3.0.0.0.1 | 4 | 60 | - |
| Prática Jurídica I - Civil | PJC-I | 0.4.0.0.0 | 4 | 60 | DCI-II; DPC-I |
| Total | - | 27.4.0.1 | 32 | 480 | - |
| Disciplinas Eletivas Obrigatórias: Direito Civil IV – Contratos em espécie; Direito Ambiental II; Direito Administrativo III; Teoria Política Contemporânea; Microsistema de Direitos Difusos e Coletivos I; Direito e Bioética. | | | | | |
| LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância | | | | | |

| | | | | | |
|--|---------------|-------------------------------|-----------------------------------|------------------------------------|----------------------------|
| Direito Processual Civil V | DPC-IV | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Direito Empresarial II | DEM-II | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Direito Tributário I | DTB-I | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| DISCIPLINAS | CÓDIGO | CRÉDITOS T.P.L.C.D | CARGA HORÁRIA SEMANTAL | CARGA HORÁRIA SEMESTRAL | PRÉ- REQUISITOS |
| Disciplina Eletiva Obrigatória III | DEO-IV | 3.0.0.0.1 | 4 | 60 | - |
| Direito Civil VI – Direito das Sucessões | DCI-VI | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Prática Jurídica II – Civil | PJC-II | 0.4.0.0.0 | 4 | 60 | PJC-I; DCI-V |
| Direito do Trabalho I | DIT-I | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Total | | 27.4.0.1 | 32 | 480 | |
| Direito Internacional Público | DIP | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONEPE



Disciplinas Eletivas Obrigatórias: Execução Penal e Direito Penitenciário; Microsistema de Direitos Difusos e Coletivos II; Direito Falimentar.
LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

| 8ª FASE | | | | | |
|------------------------------------|---------------|-------------------------------|-----------------------------------|------------------------------------|----------------------------|
| DISCIPLINAS | CÓDIGO | CRÉDITOS T.P.L.C.D | CARGA HORÁRIA SEMANTAL | CARGA HORÁRIA SEMESTRAL | PRÉ- REQUISITOS |
| Direito Civil VII – Direitos Reais | DCI- VII | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | DCI-VI |
| Direito Processual do Trabalho I | DPT-I | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | DIT-I |
| Direito Agrário | DAG | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Legislação Penal Extravagante | LPE | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Direito do Trabalho II | DIT-II | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | DIT-I |
| Disciplina Eletiva Obrigatória IV | DEO-V | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Prática Jurídica III - Penal | PJP-III | 0.8.0.0.0 | 8 | 120 | DPEN-II; DPP- III |
| Total | - | 24.8.0.0.0 | 32 | 480 | - |

Disciplinas Eletivas Obrigatórias: Fundamentos do Direito do Trabalho; Direito de Integração e Comunitário; Microsistema de Direitos Difusos e Coletivos III; Direito Tributário II; Direito Urbanístico; Medicina Legal.
LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

| 9ª FASE | | | | | |
|-----------------------------------|---------------|-------------------------------|---------------------------------------|--|-----------------------|
| DISCIPLINAS | CÓDIGO | CRÉDITOS T.P.L.C.D | CARGA HORÁRIA SEMANTAL | CARGA HORÁRIA SEMESTRAL | PRÉ-REQUISITOS |
| Direito Previdenciário | DPREV | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | |
| Direito Processual do Trabalho II | DPT-II | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | DPT - I |
| Direito Eleitoral | DET | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Disciplina Eletiva Obrigatória V | DEO-VI | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Disciplina Eletiva Obrigatória VI | DEO-VII | 3.0.0.0.1 | 4 | 60 | - |
| Prática Jurídica IV – Trabalhista | PJT-IV | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Monografia Jurídica I | MON-I | 2.0.0.0.0 | 2 | 30 | - |
| Total | - | 25.0.0.0.1 | 26 | 390 | - |

Disciplinas Eletivas Obrigatórias: Negociação Coletiva e Sindicalismo; Direito Aduaneiro e Comércio Exterior; Processo Constitucional; Processo Tributário; Hermenêutica Jurídica.

LEGENDA: T = Teórica // P = Prática // L = Laboratório // C = Campo // D = Distância

10ª FASE



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONEPE



| DISCIPLINAS | CÓDIGO | CRÉDITOS T.P.L.C.D | CARGA HORÁRIA SEMANAL | CARGA HORÁRIA SEMESTRAL | PRÉ-REQUISITOS |
|--|----------|-----------------------|-----------------------------|-------------------------------|----------------|
| Monografia Jurídica II | MON-II | 0.2.0.0.0 | 2 | 30 | MON-I |
| Ética Profissional | EPR | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Proteção Internacional dos Direitos Humanos | PIDH | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Disciplina Eletiva Obrigatória VII | DEO-VIII | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Disciplina Eletiva Obrigatória VIII | DEO-IX | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Disciplina Eletiva Obrigatória IX | DEO-X | 4.0.0.0.0 | 4 | 60 | - |
| Total | | 20.2.0.0.0 | 22 | 330 | |
| Disciplinas Eletivas Obrigatórias: Direito Financeiro; Direito Econômico; Direito Civil Contemporâneo; Direito do Trabalho Contemporâneo; Direito Penal Contemporâneo; Direito Constitucional Contemporâneo; Libras; Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais. | | | | | |



6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

EMENTAS 1ª FASE

INTRODUÇÃO AO DIREITO I..... 60h/a

Noção de Direito: definição e elementos. Direito e moral. Direito natural e direito positivo. Direito, equidade e justiça. Direito, sociedade e cultura. Direito objetivo: direito público e direito privado. Direito subjetivo. Fontes do Direito. Princípios gerais do Direito. Norma jurídica. Validade, vigência e eficácia. Da norma ao ordenamento jurídico: unidade, coerência e completude do ordenamento jurídico. Tutela da relação jurídica. Tendências contemporâneas do Direito.

Bibliografia Básica

A.L., Machado Neto. **Compêndio de Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Saraiva.
BASTOS, Wander Aurélio. **Introdução a Teoria do Direito**. Rio de Janeiro: Liber Jus.
GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense.

Bibliografia Complementar

IHERING, Rudolf Von. **A Luta Pelo Direito**. Rio de Janeiro: Forense.
JUNIOR, Tércio Sampaio Ferraz. **A Ciência do Direito**. São Paulo: Atlas.
KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes.
LIMA, Hermes. **Introdução à Ciência do Direito**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.
MONTORO, André Franco. **Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

HISTÓRIA DO DIREITO..... 60h/a

Conceito, objeto e princípios da análise histórica. Direito nas sociedades “primitivas”. Direito oriental e asiático. Direito na antiguidade clássica: Grécia e Roma. Direito feudal e dogmática canônica. Formação do direito moderno: privado e público. Evolução do direito positivo moderno. Conquista e Instituições jurídicas na América Indígena. Justiça, Tribunais e legislação no Brasil colonial. Magistrados, academia e o bacharelismo no tempo do império e da república, Escolas do Recife e São Paulo. As principais codificações do Direito Público e do Direito Privado no Brasil. História dos institutos jurídicos fundamentais. Escravidão, Direito e ciclos econômicos no século XVIII na região de Alto Araguaia. Historicidade das grandes doutrinas jurídicas contemporâneas.

Bibliografia Básica

DEL VECCHIO, Giorgio. **Lições de Filosofia do Direito**. São Paulo: Saraiva.
MACEDO, José Sílvio Barreto de. **Curso de Axiologia Jurídica**. Rio de Janeiro: Forense.
TELES, Antonio Xavier. **Introdução ao Estudo de Filosofia**. São Paulo: Ática.

Bibliografia Complementar

HEGEL, Georg Wilhelm Frídrich. **Introdução a Historia da Filosofia**. São Paulo: Hemus.

CIÊNCIA POLÍTICA 60h/a

Conceito, objeto e método da Ciência Política. Sociedade: origens, elementos, finalidade, poder social. Estado: origens, tipos de Estado, soberania, território, povo e população, finalidade e funções do Estado, poder do Estado, conceito de Estado. Estado e Governo: democracia direta, semi-direta e representativa, representação política, o sufrágio, sistemas eleitorais, separação de poderes. Formas de Estado, Formas de Governo. Sistemas de Governo. Problemas do Estado contemporâneo. Os Partidos Políticos. Sistemas de Partidos. O Partido Político no Brasil.

Bibliografia Básica

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Teoria do Estado e Ciência Política**. São Paulo: Celso Bastos.
BOBBIO, Norberto. **Teoria das Formas de Governo**. Brasília: UNB.
_____. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense.
BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Celso Bastos.



Bibliografia Complementar

BONAVIDES, Paulo. **Teoria do Estado**. São Paulo: Malheiros.
CHEVALIER, Jean-Jaques. **Grandes Obras Políticas de Maquiavel aos Nossos dias**. Rio de Janeiro: Agir.
FRIEDE, Reis. **Curso de Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1986.
MALUF, Said. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Ed. Saraiva.
ROBERT, Cinthia; MAGALHAES, José Luiz Quadros de. **Teoria do Estado, Democracia e Poder Local**. Rio de Janeiro: Lumen Júris.

FILOSOFIA GERAL..... 60 h/a

Definição e conceito da Filosofia. O problema da lógica formal e material. Os métodos da filosofia. Períodos da história da filosofia: filosofia oriental. A filosofia na Grécia, em Roma, na Idade Média, no Renascimento. Filosofia Moderna. Filosofia Contemporânea. Escola de Frankfurt. Filosofia e o contexto brasileiro: o problema da dependência ou colonialismo cultural na sociedade brasileira.

Bibliografia Básica

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência - Introdução ao Jogo e suas Regras**. São Paulo: Brasiliense.
ARANHA, Maria Lúcia de A; MARTINS, Maria Helena P. **Filosofando - Introdução à Filosofia**. São Paulo: Moderna.
BRÉHIER, É. **História da Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou.

Bibliografia Complementar

BUZZI, Arcângelo. **Introdução ao Pensar**. Petrópolis.
CHAUI, Marilena. **Primeira Filosofia - Lições Introdutórias**. São Paulo: Brasiliense.
_____. **O Que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense.
_____. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática.
FOUCAULT, Michael. **As Palavras e as Coisas**. Lisboa: Portugalia.
SATRE, Jean Paul. **O Existencialismo é um Humanismo**. Tradução e notas de Vergílio Ferreira. Lisboa: Presença.

ECONOMIA POLÍTICA..... 60 h/a

Economia e Economia Política. Contexto histórico da Economia Política. Raízes e postulados das propostas clássicas, neo-clássicas, marxista e keynesiana. O sistema econômico capitalista: formação e evolução. O liberalismo econômico e a fase mercantilista. A combinação dos fatores da produção. A teoria do valor. As categorias econômicas: renda, juro, lucro, salário. Concorrência perfeita e os mercados imperfeitos. A formação dos preços e o funcionamento do mercado. Economia na industrialização tardia. Industrialização, internacionalização da economia e participação do Estado no processo econômico. A ordem econômica internacional. A política econômica e o crescimento. Estado contemporâneo, globalização e economia nacional. Desenvolvimento econômico e papel do Direito. Análise econômica do Direito. Tendências contemporâneas em Economia Política.

Bibliografia Básica

PAULO NETTO, José. **Economia Política - Uma Introdução Crítica**. São Paulo: Cortez
NAPOLEONI, Cláudio. **Curso de Economia Política**. Diadema: Graal.
SINGER, Paul. **Curso de Introdução à Economia Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Bibliografia Complementar

GASTALDI, J. Petrelli. **Elementos de Economia Política**. São Paulo: Saraiva.
GONCALVES, Reinaldo. **Economia Política Internacional - Fundamentos Teóricos e as Relações**



Internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Campus.
MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Martins Fontes.

LÍNGUA PORTUGUESA 60 h/a

Conceitos fundamentais e problematizações. Conceitos básicos de “língua”, “fala” e “cultura”. Teorias e elementos da comunicação. A questão da natureza da língua em face das variantes lingüísticas. Funções da linguagem. A linguagem falada e escrita. O problema da comunicação em face da distinção entre a língua oral e escrita e de suas correspondentes formas culturais. Figuras de linguagem. Modos de significação em linguagem verbal técnicas de argumentação. Eficácia e falácia da comunicação. A denotação do recurso de leitura referencial da realidade. A conotação como recurso indispensável para se fomentar a expressividade. A noção de “texto”, “textualidade”. Gêneros de composição do texto. Descrição. Narração. Argumentação. Texto dissertativo. Texto argumentativo. Textos literários e não literários. Produção e análise de textos técnicos. Fundamentos e estética da comunicação oficial.

Bibliografia Básica

MAGALHÃES, Roberto. **Técnica de Redação**. São Paulo: Editora do Brasil.

PASCHOALIN, Maria Aparecida; SPADOTO, Neusa Teresinha. **Literatura, Gramática e Redação**. São Paulo: FTD.

PINTO, M. J. **Análise Semântica de Línguas Naturais: Caminhos e Obstáculos** Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Bibliografia Complementar

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. **Português Instrumental**. Porto Alegre: Sagra D.C. Luzzatto.

NASCIMENTO, Edmundo Dantès. **Linguagem Forense**. São Paulo: Saraiva.

TELLES Jr. **Discurso, Linguagem e Justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Silva, L.C. **Português Forense**. São Paulo: Saraiva.

XAVIER, Ronaldo Caldeira. **Português no Direito**. Rio de Janeiro: Forense.

DIREITO CIVIL I..... 60 h/a

Teoria geral do direito civil. Sistema do código civil brasileiro. Relação jurídica: elementos internos e externos. Sujeitos da relação jurídica: pessoa natural e pessoa jurídica. Objeto da relação jurídica os bens. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro.

Bibliografia Básica

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense.

RODRIGUES, Silvío. **Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.

DINIZ, Maria Helena. **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.

VENOSA, Silvío de Salvo. **Direito Civil**. São Paulo: Atlas.

EMENTAS DO 2º SEMESTRE

INTRODUÇÃO AO DIREITO II..... 60 h/a

As fontes do direito nos sistemas romanistas e na "common Law". Enfoques teóricos: zetética e dogmática. Teorias da norma e do ordenamento jurídico. Jurisprudência. Hermenêutica jurídica. Direito e Justiça. Direito e Segurança. Escolas jurídicas: jusnaturalismo, escola histórica do Direito, positivismo normativista, sociologismo jurídico, marxismo e Direito.



Bibliografia Básica

CRETELLA JÚNIOR, José. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense.
PAUPÉRIO, Arthur Machado. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense.
REALE, Miguel. **Teoria do Estado**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Saraiva.
GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense.
IHERING, Rudolf Von. **A Luta Pelo Direito**. Rio de Janeiro: Forense.
KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. Editora Armênio Amado, 2005.
LUIZ, Valter Corrêa. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense.
MONTORO, André Franco. **Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais.
NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense
PIRAGIBE, Roberto Fonseca. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.
SOARES, Orlando Estevão da C. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense.

DIREITO CONSTITUCIONAL I 60 h/a

Direito Constitucional e a Constituição; Classificação das Constituições; Nova Constituição e o direito anterior; Poder Constituinte; Interpretação da Constituição; Classificação das normas constitucionais; Organização do Estado; Repartição de Competências; Teoria Geral dos Direitos Fundamentais; Direitos Fundamentais na Constituição de 1988; Hábeas corpus; Mandado de Segurança; Mandado de Injunção; Hábeas data; Ação popular; Direitos sociais; Nacionalidade; Direitos políticos; Intervenção; Administração Pública; Poder Legislativo; Processo Legislativo; Comissão Parlamentar de Inquérito.

Bibliografia Básica

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas.
SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional**. Positivo. São Paulo: Malheiros.
TEIXEIRA, José H. Meirelles. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense.

Bibliografia Complementar

BASTOS, Celso Ribeiro. **Dicionário de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva.
GONÇALVES. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva.
LOPES, Ribeiro Antônio Maurício. **Poder Constituinte Reformador**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA 60 h/a

Contexto histórico da Sociologia do Direito. Sociologia do Direito: conceito, objeto e método. Quadros teóricos referenciais para o estudo da relação Direito-Sociedade. Abordagens e metodologias sociológicas jurídicas: Max Weber, Karl Marx, Eugen Ehrlich, Georges Gurvitch, Boaventura de Sousa Santos, Niklas Luhmann. Tendências da sociologia jurídica no Brasil. Pesquisa quantitativa e qualitativa na sociologia jurídica: a aplicação em investigação de campo.

Bibliografia Básica

BASBAUM, Leôncio. **Alienação e Humanismo**. São Paulo: Global.
BERGER, Peter I. **Perspectivas Sociológicas. Uma Visão Humanística**; Tradução de Donaldson M. Garsschagen. Petrópolis: Vozes.
BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia; uma Defesa das Regras do Jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Bibliografia Complementar

DEMO, Pedro. **Cidadania Menor. Alguma Indicações Quantitativas de Nossa Pobreza Pública**. Petrópolis: Vozes.
FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.



PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. Tradução de José Camargo Pereira. São Paulo: Cortez.

VÁSQUEZ, Adolfo Sanches. **Ética**. Tradução de João Dell'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira..

WEBER, Marx. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

ANTROPOLOGIA JURÍDICA 60 h/a

O campo de estudo da Antropologia. Introdução às teorias antropológicas: Marcel Mauss, Lévi-Straus, Clifford Geertz, Norbert Elias. Antropologia brasileira: Antonio Candido, Darcy Ribeiro, Roberto da Mata. Antropologia Jurídica: história, conceito, objeto e método. A ordem nas sociedades simples: o direito tem histórias. Pluralismo Jurídico. O direito em uma perspectiva multicultural. Solucionando conflitos: princípios de classificação das soluções, as justiças informais e o poder dos serventuários, o julgamento, a devolução social da profissional de juiz.

Bibliografia Básica

SANTOS, Sidney Francisco Reis dos; ALVES, Elizete Lanzoni. **Iniciação À Antropologia Jurídica – Por onde Caminha a Humanidade?** São José: Conceito.

SHIRLEY, Robert W. **Antropologia Jurídica**. São Paulo: Saraiva.

KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bibliografia Complementar

DAVIS, Shelton H. (org.). **Antropologia do Direito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia Cultural**. Petrópolis: Vozes.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

LYRA FILHO, Roberto. **Para um Direito sem Dogmas**. Porto Alegre: Sérgio A. Fabris Editora.

VANRELL, Jorge Paulete. **Antropologia Forense**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan s/a.

DIREITO CIVIL II..... 60 h/a

Breve exposição sobre os novos princípios do Código Civil. Classificação dos Fatos Jurídicos em sentido amplo. Classificação dos negócios jurídicos. Defeitos dos negócios jurídicos. Plano da eficácia dos negócios jurídicos. Provas. Ato ilícito. Prescrição e Decadência. Registros Públicos (noções).

Bibliografia Básica

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense**.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil**. São Paulo: Atlas.

CRIMINOLOGIA..... 60 h/a

Conceito. Método. Função. Objeto: delito, delinqüente, vítima e controle social. Escolas penais. Histórico do pensamento criminológico. Etapa “pré-científica”: criminologia clássica e empírica. Etapa científica: escola positiva e escolas intermediárias e teorias ambientais. A moderna criminologia científica e os diversos modelos teóricos. Modelo biológico, psicológico e sociológico. Teoria do etiquetamento: *labeling approach*. Movimentos radicais da criminologia. Movimento abolicionista. Prevenção do delito no estado democrático de direito. Modelos e sistemas da reação ao delito. Penologia: teoria da pena. Penitenciarismo. Política criminal. A construção de uma criminologia Latino – Americana.

Bibliografia Básica

NASCIMENTO, Jose Flavio Braga. **Curso de Criminologia**. São Paulo: Juarez de Oliveira.

SALDAÑA, Quintiliano. **Nova Criminologia**. Campinas: Russell.



SHECAIRA, Sergio Salomão. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Bibliografia Complementar

BERISTAIN, Antonio. **Nova Criminologia à Luz do Direito Penal e da Vitimologia**. Brasília: UNB.

EMENTAS DO 3º SEMESTRE

TEORIA GERAL DO PROCESSO 60 h/a

Conceito e especificidades do Direito Processual. Principais ramos do Direito Processual. Processo e Constituição: princípios constitucionais do processo, Poder Judiciário e funções essenciais à justiça. Institutos fundamentais do Direito Processual: jurisdição e competência, ação e defesa, processo e procedimento. Partes e procuradores. Órgãos judiciários e auxiliares da justiça. Tendências contemporâneas em Direito Processual.

Bibliografia Básica

BARROSO, Carlos E. F. Mattos. **Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento**. São Paulo: Saraiva.

CORREIA, Marcus Orione G. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Saraiva.

GRINOVER, ADA Pelegrine. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Malheiros.

Bibliografia Complementar

ALVIM, José Eduardo Carreira. **Teoria Geral do Processo**. Rio de Janeiro: Forense.

DIREITO PENAL I 60 h/a

Conceito e princípios do Direito Penal. História do Direito Penal. Sistema Penal. Norma penal. Aplicação da Lei Penal no tempo e no espaço. Teoria Geral do Delito. Crime, conceito e classificação. Conduta. Relação de causalidade. Tipicidade. Tipo. Dolo e Culpa. Antijuridicidade. Culpabilidade. Crime Consumado e Tentado. Teorias da Imputação Objetiva, da Tipicidade Conglobante, da Co-culpabilidade, da Falta Punível, dentre outros.

Bibliografia Básica

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva.

BITENCOURT, Cesar Roberto. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva.

MIRABETE, Julio Fabrini. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Atlas.

Bibliografia Complementar

GOMES, Luiz Flávio; MOLINA, Antonio Garcia . **Direito Penal. Parte Geral**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **A Moderna Teoria do Fato Punível**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

ZAFFARONI, Eugenio Raul; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan.

DIREITO CIVIL III 60 h/a

Introdução, Conceito e princípios do Direito das Obrigações. Noção, estrutura e função das obrigações. Modalidades das obrigações. Cumprimento e não cumprimento das obrigações. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Cláusula penal. Inadimplemento das obrigações. Reparação dos danos pelo descumprimento das prestações acordadas. Perspectivas do Direito das Obrigações. Responsabilidade contratual. Garantia geral das obrigações: meios de conservação da garantia patrimonial; "Astreintes", fiança; privilégios; penhor e hipoteca.

Bibliografia Básica

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.



Bibliografia Complementar

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.
VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil**. São Paulo: Atlas.

METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA 60 h/a

Noções básicas sobre o conhecimento e produção do conhecimento. A Ciência e suas especificidades. Pesquisa: conceito, classificação e métodos. Especificidade da pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa como Investigação Científica. Estudo da ciência e do método científico a partir de abordagens metodológicas: positivismo, fenomenologia, estruturalismo, funcionalismo, análise sistêmica. Procedimentos técnicos de produção acadêmica. Normas principais da ABNT.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Maria Lúcia Pacheco de. **Como Elaborar monografia**. Belém: Cejup.
LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas.
RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: Guia Para Eficiência nos Estudos**. São Paulo: Atlas.

Bibliografia Complementar

GALLEANO, A. Guilherme. **O Método Científico: Teoria e Prática**. São Paulo: Harper Row do Brasil.

FILOSOFIA JURÍDICA 60 h/a

Conceito e tarefa da filosofia do direito. Relações entre a Filosofia do Direito e as disciplinas afins. Metodologia geral e método da Filosofia do Direito. História da Filosofia do Direito: Filosofia Grega; Juristas romanos: o cristianismo e a Filosofia do Direito na Idade Média. O Renascimento. Idade Moderna. Resumo da Moderna Filosofia do Direito em outros países. Relações entre Direito e Moral. Relações entre o Direito e Estado. Fundamento Racional do Direito Sentimento Jurídico. Doutrinas negadoras da possibilidade de fundamentar o direito. A natureza humana como fundamento do Direito.

Bibliografia Básica

BATALHA, Wilson Souza Campos. **Filosofia Jurídica e História do Direito**. Rio de Janeiro: Forense.
LEITE, Flamarion Tavares. **Manual de Filosofia Geral e Jurídica**. Rio de Janeiro: Forense.
LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma Filosofia Jurídica da Liberdade**. São José: Conceito.

Bibliografia Complementar

Silva, Jose Carlos Moreira da. **Filosofia Jurídica da Alteridade**. Curitiba: Juruá.

DIREITO CONSTITUCIONAL II 60h/a

Modificação da Constituição de 1988; Limitações do Poder Constituinte Derivado; Hierarquia das leis; Prerrogativas Parlamentares; Poder Executivo; Poder Judiciário; Funções essenciais à Justiça; Controle de Constitucionalidade; Controle difuso; Controle Abstrato; Ação Direta de Inconstitucionalidade; Adin por Omissão; Ação Declaratória de Constitucionalidade; Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental; Tipos de Decisões de Controle de Constitucionalidade; Controle abstrato nos Estados; Finanças Públicas e Orçamento; Ordem Econômica; Política urbana; Política, fundiária e reforma agrária; Regime Constitucional de Crises; Forças Armadas; Seguridade Social; Segurança Pública; Ordem Social: conceito e objetivos; Ordem Social: bem estar e justiça social; Instrumentos de ordem social; Seguridade Social na CF/88.

Bibliografia Básica

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas.



SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional. Positivo.** São Paulo: Malheiros.
TEIXEIRA, M. **Curso de Direito Constitucional.** Rio de Janeiro: Forense.

Bibliografia Complementar

BASTOS, Celso Ribeiro. **Dicionário de Direito Constitucional.** São Paulo: Saraiva,.
GONÇALVES. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Saraiva.
LOPES, Ribeiro Antônio Maurício. **Poder Constituinte Reformador.** São Paulo: Revista dos Tribunais.

EMENTAS DO 4º SEMESTRE

TEORIA GERAL DOS DIREITO HUMANOS 60 h/a

O fundamento axiológico dos direitos humanos e a questão de sua vigência universal. Os direitos humanos como princípios e como norma no plano nacional e internacional. Hierarquia e força vinculante. Os direitos humanos nas relações jurídicas subjetivas. A titularidade dos direitos humanos: limites e crítica ao direito processual. O fundamento dos direitos coletivos dos povos. Os movimentos sociais e a emergência de novos sujeitos coletivos de direito. A ação social coletiva como estratégia de resolução de conflitos, determinação de novos processos sociais e criação de novos direitos. Experiências de organização, práticas políticas e estratégias sociais de criação de direitos. Um programa de direitos humanos na perspectiva de construção e reconstrução das democracias latino-americanas. Educação para os direitos humanos e a cidadania.

Bibliografia Básica

COMPARATO, Fabio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos.** São Paulo: Saraiva.
PIOVESAN, Flavia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** São Paulo: Saraiva.
MORAES, Alexandre de. **Direito Humanos Fundamentais.** São Paulo: Atlas.
GELMAN, Maia. **Direitos Humanos – A Sociedade Civil no Monitoramento.** Curitiba: Juruá.

DIREITO CIVIL IV 60 h/a

Contratos e Declarações Unilaterais de Vontade. Generalidades e Classificações. Circulação e Efeitos dos Contratos. Invalidez e Ineficácia de Contratos. Extinção.

Bibliografia Básica

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil.** São Paulo: Saraiva.
PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil.** Rio de Janeiro: Forense.
RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil.** São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil.** São Paulo: Saraiva.
VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil.** São Paulo: Atlas.

TEORIA GERAL DO DIREITO 60 h/a

Conceito, objeto e método da Teoria do Direito. Introdução às teorias jurídicas: o positivismo de John Austin, a teoria da norma jurídica de Hans Kelsen, a regra de reconhecimento de Herbert Hart, a teoria do ordenamento jurídico de Norberto Bobbio, o garantismo de Luigi Ferrajoli, o egologismo de Carlos Cossio, os princípios de Justiça de John Rawls, o direito e a democracia de Jürgen Habermas.

Bibliografia Básica

BASTOS, Wander Aurélio. **Introdução a Teoria do Direito.** Rio de Janeiro: Liber Jus.
BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral do Direito.** São Paulo: Martins Fontes.
DINIZ, Maria Helena. **As Lacunas do Direito.** São Paulo: Saraiva



ENGLISH, Karl. **Introdução ao Pensamento Jurídico**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Bibliografia Complementar

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão – Teoria do Garantismo Penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

GERSTER, Thomas Fleiner. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Martins Fontes.

KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. São Paulo: Martins Fontes.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MONTESQUIEU, Charles Luis de Secondat. **O Espírito das Leis**. Belo Horizonte: Líder.

DIREITO PENAL II 60 h/a

Pena: História e evolução. Penas privativas de liberdade e restritiva de direitos. Penas pecuniárias. Aplicação das penas de prisão e alternativas. Concurso de crimes e concurso de pessoas. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da Condenação. Medidas de segurança. Extinção da punibilidade. Prescrição.

Bibliografia Básica

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva.

BITENCOURT, Cesar Roberto. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva.

MIRABETE, Julio Fabrini. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Atlas.

Bibliografia Complementar

GOMES, Luiz Flávio; MOLINA, Antonio Garcia . **Direito Penal. Parte Geral**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **A Moderna Teoria do Fato Punível**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

ZAFFARONI, Eugenio Raul; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan.

HERMENÊUTICA JURÍDICA 60 h/a

Métodos e conceitos clássicos aplicados à interpretação constitucional: interpretação constitucional legislativa, administrativa, judicial, doutrinária e autêntica; interpretação declarativa, restritiva e extensiva; interpretação gramatical, histórica, sistemática, teleológica. Hermenêutica filosófica e sua influência na hermenêutica constitucional: Schleiermacher, Dilthey, Heidegger, Gadamer. Introdução às teorias de interpretação constitucional: Robert Alexy, Ronald Dworkin, Peter Häberle, Konrad Hesse. Princípios de interpretação especificamente constitucional. O papel do intérprete na interpretação constitucional. Pós-modernidade, criticismo e pós-positivismo: fundamentos teóricos do novo constitucionalismo brasileiro. A nova interpretação constitucional: princípios e regras, ponderação de interesses, teoria da argumentação. Princípios instrumentais de interpretação constitucional. Princípios constitucionais materiais. Tipos de eficácia dos princípios constitucionais.

Bibliografia Básica

LIMONGI FRANÇA, Rubens. **Formas e Aplicação do Direito Positivo**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

..... **Princípios Gerais do Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e Aplicação do Direito**. Rio de Janeiro: Forense.

Bibliografia Complementar

HERKENHOFF, João Batista. **Como Aplicar o Direito**. Rio de Janeiro: Forense.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I 60 h/a

Conceito. Características. Objeto. Princípios. Jurisdição civil. Contenciosa e voluntária. Substitutivos. Da ação. Histórico. Teorias. Condições da ação. Elementos da ação. Ação Mandamental. Ação no direito do trabalho. Ação no direito penal. Ação declaratória. Do processo. Conceito. Procedimento comum e especial. Sistema da oralidade. Prazos. Atos de comunicação



processual: citação e intimação. Pressupostos. Competência. Conceito. Critérios de divisão do trabalho jurisdicional. Princípios informadores. Ação Civil pública. Do advogado. Do ministério público. Da magistratura. Da defensoria publica.

Bibliografia Básica

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Lume Júris.
JÚNIOR, Humberto Theodoro. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense.
SANTOS, Ernani Fidélis. **Manual do Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva.

MEDICINA LEGAL 60 h/a

Introdução à Medicina Legal. Deontologia e Diceologia. Bioética e Direito. Da Perícia Médico-Legal. Documentos Médico-Legais. Antropologia Forense. Sexologia Forense. Tanatologia Forense. Traumatologia Forense. Infortunística. Asfixiologia Forense. Toxicologia Forense (embriaguez). Infanticídio.

Bibliografia Básica

DEL CAMPO, Eduardo Roberto **A. Medicina Legal**. São Paulo: Saraiva.

FRANCA, M. I. **Medicina Legal**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

SANTOS, William Douglas R. dos, e outros. **Medicina Legal – À Luz do Direito Penal e Processo Penal**. Uberaba: Impetus.

Bibliografia Complementar

ARANTES, Artur Cristiano. **Fundamentos de Medicina Legal**. Franca: Lemos e Cruz.

EMENTAS DO 5º SEMESTRE

DIREITO CIVIL V 60 h/a

Breve exposição sobre os novos princípios do direito contratual. Compra e venda. Doação. Permuta. Locação. Empréstimo. Fiança. Seguro. Mandato. Depósito. Transporte. Empreitada. Arrendamento mercantil (leasing). Alienação fiduciária em garantia. Aspectos novos da economia e sua influência na criação de novos contratos.

Bibliografia Básica

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil**. São Paulo: Atlas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL II 60 h/a

Petição inicial. Pedido. Valor da causa. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Resposta: Contestação. Exceções. Reconvenção. Revelia. Instrução: provas, teoria geral, provas em espécie: testemunhal, documental, pericial, depoimento pessoal, exibição de documento, incidente de falsidade, confissão, inspeção pessoal, audiência de instrução e julgamento. Sentença. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Recursos. Regras gerais. Da apelação. Do agravo de instrumento. Dos embargos de declaração. Dos embargos infringentes. Do recurso especial. Do recurso extraordinário. Do recurso ordinário. Do agravo regimental. Dos embargos de divergência. Da coisa julgada. Da ação rescisória. Do mandado de segurança. Da uniformização de jurisprudência. Da declaração incidental de inconstitucionalidade.

Bibliografia Básica

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Lume Júris.



JÚNIOR, Humberto Theodoro. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense.
SANTOS, Ernani Fidélis. **Manual do Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva.

DIREITO ADMINISTRATIVO I 60 h/a

Conceito e objeto do Direito Administrativo. Bases constitucionais do Direito Administrativo. Atividades e funções do Estado. O direito administrativo: sua posição, fontes, histórico e conceitos; sua codificação. Princípio da legalidade. Norma jurídico-administrativa. Serviço público. Administração pública. Administração pública direta e indireta. Autarquia. Empresa pública. Fundações instituídas pelo poder público. Entes de cooperação e de colaboração. Concessão de serviço público. Poderes administrativos. Poder de polícia. Relação jurídica administrativa. Ato Administrativo. Legalidade e mérito do ato administrativo. Existência, validade e eficácia do ato administrativo. Desfazimento do ato administrativo. Regime jurídico administrativo. Princípios constitucionais de atuação da Administração Pública. Poderes Administrativos. Sistema de controle jurisdicional da Administração Pública. Ato administrativo. Agentes Públicos. Regime Jurídico Constitucional dos Servidores Públicos.

Bibliografia Básica

CAVALCANTI, Gilberto de Povina. **Curso Prático de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

CRETELLA JÚNIOR, José. **Direito administrativo comparado**. Rio de Janeiro: Forense.

MEIRELES, Hely Lopes. **Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros.

DIREITO EMPRESARIAL I 60 h/a

Conceito, natureza e autonomia da disciplina. Fontes e interpretação do Direito Comercial: usos, assentamentos, convenções internacionais, analogia, jurisprudência e princípios gerais do Direito. Sujeito e objeto do Direito Comercial. O empresário comercial. Obrigações profissionais do empresário comercial. O Registro de Empresas Mercantis. Empresa, estabelecimento e sociedade. Pessoal da Empresa. Elementos e atributos da empresa. Sociedades comerciais. Constituição. Contrato social. Personalidade jurídica e sua superação. Tipos Societários. Sociedades por quotas de responsabilidade limitada. Dissolução das sociedades comerciais de pessoas.

Bibliografia Básica

FINKELSTEIN, Maria Eugênia Reis. **Direito Empresarial**. São Paulo: Atlas.

GUSMÃO, Mônica. **Lições de Direito Empresarial**. Rio de Janeiro: Lumem Júris.

MAZZAFERA, Luiz Braz. **Curso Básico de Direito Empresarial**. São Paulo: revista dos Tribunais.

Bibliografia Complementar

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Curso de Direito Empresarial**. Salvador: Jus Podivm.

DIREITO PROCESSUAL PENAL I 60 h/a

Princípios constitucionais do processo penal. Conceito e princípios do Direito Processual Penal. Inquérito policial. Ação penal. Competência. Questões e processos incidentes. Prova. Sujeitos do processo. Prisão e liberdade provisória. Atos de comunicação processual. Interdições de direitos e medidas de segurança. Sentença.

Bibliografia Básica



MARQUES, Jose Frederico. **Elementos de Direito Processual Penal**. Campinas: Millennium.
RANGEL, Paulo C. **Direito Processo Penal**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris.
TOURINHO Fº, Fernando da Costa. **Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.
_____. **Prática do Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

PACHECO, Denilson Feitosa. **Direito Processual Penal**. Uberaba: Impetus.

DIREITO PENAL III 60 h/a

Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra os costumes. Crimes contra a família. Crimes contra a Incolumidade Pública. Crimes contra a Fé Pública.

Bibliografia Básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Direito Penal, volume II e III**. São Paulo: Saraiva.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código Penal Comentado, volume II e III**. São Paulo: Saraiva.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Bibliografia Complementar

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. Vol. III e IV. São Paulo: Saraiva.

JESUS, Damásio E.de. **Direito Penal**. Vol. III e IV. São Paulo: Saraiva.

ELETIVA I

EMENTAS DO 6º SEMESTRE

DIREITO CIVIL VI 60 h/a

Família: Conceito jurídico e sociológico. A família na Constituição de 1988. Casamento: Processo de Habilitação, impedimentos e sua oposição. Efeitos jurídicos do casamento. Dissolução da sociedade conjugal e divórcio. União Estável e Concubinato. Filiação. Reconhecimento dos filhos. Tutela. Curatela. Ausência. Parentesco. Adoção. Alimentos. União de pessoas do mesmo sexo. Dissolução. Patrimônio. União de pessoas do mesmo sexo.

Bibliografia Básica

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil**. São Paulo: Atlas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III 60 h/a

A Teoria geral dos recursos. Ações autônomas de impugnação. O estudo individual de cada um dos recursos e de cada uma das ações de impugnação. A homologação da sentença estrangeira. A uniformização da jurisprudência. A declaração de inconstitucionalidade. A ação rescisória.

Bibliografia Básica

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Lume Júris.

JÚNIOR, Humberto Theodoro. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense.

SANTOS, Ernani Fidélis. **Manual do Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva.

DIREITO ADMINISTRATIVO II 60 h/a



Intervenção do Estado na Propriedade Privada e no Domínio Econômico. Desapropriação. Licitação. Contratos Administrativos. Responsabilidade Patrimonial da Administração Pública. Controle dos Atos da Administração Pública. Teoria Geral do Processo Administrativo. Processos Administrativos em espécie. Execução e inexecução dos contratos administrativos. Intervenção no domínio econômico e na propriedade. Responsabilidade civil da administração. Controle da administração. Processo administrativo. Controle administrativo. Controle judiciário. A administração pública em juízo.

Bibliografia Básica

CAVALCANTI, Gilberto de Povina. **Curso Prático de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

CRETELLA JUNIOR, José. **Direito administrativo comparado**. Rio de Janeiro: Forense.

MEIRELES, Hely Lopes. **Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros.

DIREITO EMPRESARIAL II 60 h/a

Sociedades por Ações. Sociedade Anônima. Características. Histórico. Constituição. Acionistas. Controle. Ações e outros valores mobiliários. Capital social e sua modificação. Lucros, reservas e dividendos. Dissolução, liquidação e extinção. Transformação, incorporação, fusão e cisão. Sociedades de Economia Mista. Sociedades coligadas, controladoras e controladas. Subsidiária integral. Grupos de sociedades. Consórcio. Sociedade em Comandita por Ações. Teoria Geral dos Títulos de Crédito. Endosso, Aceite e Aval. Protesto. Ressaque. Ação cambial. Letra de Câmbio. Nota Promissória. Cheque. Duplicatas. Conhecimento de Transporte. Conhecimento de depósito e *Warrant*. Títulos de Crédito Rural. Cédula de Produto Rural. Títulos de Crédito Industrial. Títulos de Crédito Comercial e à Exportação. Falências.

Bibliografia Básica

FINKELSTEIN, Maria Eugênia Reis. **Direito Empresarial**. São Paulo: Atlas.

GUSMÃO, Mônica. **Lições de Direito Empresarial**. Rio de Janeiro: Lumem Júris.

MAZZAFERA, Luiz Braz. **Curso Básico de Direito Empresarial**. São Paulo: revista dos Tribunais.

Bibliografia Complementar

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Curso de Direito Empresarial**. Salvador: Jus Podivm

DIREITO PROCESSUAL PENAL II 60 h/a

Prisão e liberdade. Procedimento ordinário. Procedimento do júri. Procedimento da ação penal originária. Procedimentos especiais. Sentença. Recursos. Execução Hábeas Corpus.

Bibliografia Básica

MARQUES, Jose Frederico. **Elementos de Direito Processual Penal**. São Paulo: Millennium.

RANGEL, Paulo C. **Direito Processo Penal**. Rio de Janeiro: Lumen Júris.

TOURINHO Fº, Fernando da Costa. **Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

_____. **Prática do Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

PACHECO, Denílson Feitosa. **Direito Processual Penal**. Uberaba: Impetus.

DIREITO PENAL IV 60 h/a

Crimes contra a Administração Pública. Leis Penais Especiais. Contravenções Penais. Crimes Ambientais. Lei de Drogas. Lei “Maria da Penha”. Lei de Armas. Súmulas do STF e STJ. Abuso



de autoridade. Crimes Hediondos. Lei de Imprensa. Interceptação Telefônica. Atualização Legislativa.

Bibliografia Básica

MARQUES, Jose Frederico. **Elementos de Direito Processual Penal**. Campinas: Millennium.

RANGEL, Paulo C. **Direito Processo Penal**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris.

TOURINHO Fº, Fernando da Costa. **Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

_____. **Prática do Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

PACHECO, Denilson Feitosa. **Direito Processual Penal**. Uberaba: Impetus.

PRÁTICA JURÍDICA CIVIL I 60 h/a

Aspectos processuais e cartorários: a justiça – organização judiciária. Procedimento Ordinário. Procedimento sumaríssimo. Processo cautelar. Procedimentos Especiais de jurisdição contenciosa. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Processo de Execução. Recursos. (a desdobrar). De conformidade com o Regimento de Estágio, os alunos deverão fazer atividades práticas simuladas e reais inerentes a: 1. Magistrados; 2. Ministério Público; 3. Advogados.

Bibliografia Básica

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Lume Júris.

JÚNIOR, Humberto Theodoro. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense.

SANTOS, Ernani Fidélis. **Manual do Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva.

EMENTAS DO 7º SEMESTRE

DIREITO AGRÁRIO 60 h/a

Fontes do Direito Agrário. Conceito de Direito Agrário. Princípios Fundamentais Direito Agrário e a Constituição Federal/88. Direito Agrário Moderno. Política Agrária. Estatuto da Terra. Movimentos sociais rurais e a reforma agrária brasileira.

Bibliografia Básica

BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de Direito Agrário**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Curso de Direito Agrário Brasileiro**. São Paulo: Atlas.

OPITZ, Silvia C. B. **Curso Completo de Direito Agrário**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

MIRANDA, Alcyr Gursen de. **Direito Agrário e Ambiental**. Rio de Janeiro: Forense.

DIREITO CIVIL VII 30 h/a

Da sucessão em geral. Princípios sucessórios. Abertura da sucessão. Deserdação. Aceitação e renúncia da herança. Sucessão legítima. Ordem da vocação hereditária. Modos de suceder. Representação. Sucessão testamentária. Testamento. Codicilo. Legados. Execução, revogação e caducidade dos testamentos. Direito de acrescer. Sucessão do convivente.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil**. São Paulo: Atlas.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil. Sucessões**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.



DIREITO DO TRABALHO I 60 h/a

Introdução ao Direito do Trabalho. Conceito e princípios do Direito do Trabalho. Consolidações das Leis do Trabalho. Direito Individual do Trabalho. Empregado e Empregador. Contrato de trabalho: formação e extinção. Estabilidade. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Salário e remuneração. Duração do Trabalho. Contratos afins. Períodos de descanso. Regulamentações especiais. Direito Constitucional do Trabalho. Identificação Profissional. Prescrição e Decadência no Direito do Trabalho.

Bibliografia Básica

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas.

MARQUES, Fabíola; ABUD, Cláudia José. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas.

SARAIVA, Renato. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Método.

Bibliografia Complementar

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva.

DIREITO AMBIENTAL I 60 h/a

Fundamento do Direito Ambiental. Patrimônio Ambiental Nacional. Política Ambiental. Legislação Ambiental.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

FIORILLO, Celso A. Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva.

SILVA, Jose Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros.

Bibliografia Complementar

FIORILLO, Celso A. Pacheco. **Princípios de Direito Processual Ambiental**. São Paulo: Saraiva.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV 60 h/a

Cumprimento de Sentença: liquidação da sentença, cumprimento provisório da sentença, cumprimento da sentença por quantia certa, obrigação de dar coisa certa ou incerta, obrigação de fazer, de não fazer e emitir vontade. Processo de Execução: conceito, princípios, autonomia, partes, competência, condições para qualquer execução, responsabilidade patrimonial, ato atentatório à dignidade da justiça. Procedimentos. Execução por quantia certa: petição inicial, citação, penhora, depósito, avaliação, alienação, pagamento, adjudicação e usufruto. Execução contra a fazenda pública. Execução de obrigação alimentar. Execução de obrigação de entregar coisa certa ou incerta. Execução de obrigação de fazer e não fazer. Contraditório na execução. Embargos do Devedor. Acordo compulsório. Execução por quantia certa contra devedor insolvente. Suspensão e Extinção do Processo de Execução. Processo cautelar: conceito, princípios, classificação, objeto, autonomia, características, efeitos e responsabilidade objetiva. Procedimentos: medida cautelar inominada, arresto, seqüestro, busca e apreensão, arrolamento, exibição, produção antecipada de provas, caução, posse em nome de nascituro, outras medidas cautelares e as medidas protetivas da Lei Maria a Penha, atentado, justificação, protesto, notificação e interpelação, protesto e apreensão de títulos.

Bibliografia Básica

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Lume Júris.

JÚNIOR, Humberto Theodoro. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense.

SANTOS, Ernani Fidélis. **Manual do Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva.

DIREITO PROCESSUAL PENAL III..... 60 h/a



Inquérito policial - cumprimento das regras processuais. Atuação policial. Exame de inquéritos e delegacias. Ação penal, espécies. Início do processo. Ritos processuais. Interrogatório. Provas. Defesa prévia. Inquirições. Procurações. Alegações finais. Sentença. Elementos. Nulidades.

Bibliografia Básica

MARQUES, Jose Frederico. **Elementos de Direito Processual Penal**. São Paulo: Millennium.
RANGEL, Paulo C. **Direito Processo Penal**. Rio de Janeiro: Lumen Júris.
TOURINHO Fº, Fernando da Costa. **Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.
_____. **Prática do Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

PACHECO, Denilson Feitosa. **Direito Processual Penal**. Uberaba: Impetus.

PRÁTICA JURÍDICA CIVIL II 60 h/a

Elaboração de petições iniciais e contestações. Recursos em casos concretos sob orientação. Aspectos processuais e cartorários: a justiça – organização judiciária. Procedimento Ordinário. Procedimento sumaríssimo. Processo cautelar. Procedimentos Especiais de jurisdição contenciosa. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Processo de Execução. Recursos. (a desdobrar). De conformidade com o Regimento de Estágio, os alunos deverão fazer atividades práticas simuladas e reais inerentes a: 1. Magistrados; 2. Ministério Público; 3. Advogados.

Bibliografia Básica

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Lume Júris.
JÚNIOR, Humberto Theodoro. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense.
SANTOS, Ernani Fidélis. **Manual do Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva.

PRÁTICA JURÍDICA PENAL I 60 h/a

Aspectos processuais cartorários; a justiça (organização judiciária). Conceito e tipificação de crimes, contravenções penais, aplicação das respectivas penas. Os institutos jurídicos no direito penal (suspensão condicional da pena, liberdade condicional e hábeas corpus). (a desdobrar). Elaboração de atividades práticas simuladas e reais inerentes a: 1. Magistratura; 2. Ministério Público; 3. Advocacia.

Bibliografia Básica

JESUS, Damásio de. **Código de Processo Penal Anotado**. São Paulo: Saraiva.
MIRABETE, Fabrini J. **Código de Processo Penal Interpretado**. São Paulo: Saraiva.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.
TUCCI, Rogério Lauria. **Teoria e Prática do Habeas Corpus e do Mandado de Segurança**. Belém: Cejup.

EMENTAS DO 8º SEMESTRE

DIREITO CIVIL VIII 60 h/a

Direito das coisas. Posse. Propriedade. Condomínios. Loteamento e registro de imóveis. Direitos Reais sobre coisas alheias. Direitos Reais de Garantia.

Bibliografia Básica

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.
PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense.
RODRIGUES, Silvío. **Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar



DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.
VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil**. São Paulo: Atlas.

DIREITO TRIBUTÁRIO 60 h/a

Direito Tributário: Noções gerais. Tributos: Conceito legal, legislação tributária. Obrigação tributária: Fato gerador, elementos. Receita e despesas públicas. Crédito público. Orçamento público. Crédito tributário: conceito, suspensão, extinção, exclusão, garantias, privilégios e preferência. Sistema constitucional tributário. Competência impositiva. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Repartição constitucional da receita tributária.

Bibliografia Básica

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Tributário na Constituição**. Uberaba: Impetus.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Malheiros.

Bibliografia Complementar

SABBAG, Eduardo de Moraes. **Direito Tributário**. São Paulo: Premier.

DIREITO AMBIENTAL II 60 h/a

Legislação Ambiental (2ª parte). Tutela Jurisdicional do Ambiente. A ordem Ambiental Internacional.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

FIORILLO, Celso A. Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva.

SILVA, Jose Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros.

Bibliografia Complementar

FIORILLO, Celso A. Pacheco. **Princípios de Direito Processual Ambiental**. São Paulo: Saraiva.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL V 60 h/a

Processo e procedimento. Competência dos procedimentos. Procedimentos Especiais de Jurisdição contenciosa e voluntária, codificados e não codificados.

Bibliografia Básica

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Lume Júris.

JÚNIOR, Humberto Theodoro. **Curso de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense.

SANTOS, Ernani Fidélis. **Manual do Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva.

DIREITO DO TRABALHO II 60 h/a

Relações Coletivas de Trabalho. Organização Sindical. Valorização do Trabalho. Direito Coletivo do Trabalho. Origens históricas dos sindicatos. Os Conflitos coletivos de trabalho e suas formas de solução; convenções e acordos coletivos. Direito de greve e lock out. Higiene e Segurança no Trabalho. Organização Internacional do Trabalho (OIT). Tratados e convenções internacionais em matéria de Direito do Trabalho. Blocos econômicos, globalização e Direito do Trabalho.

Bibliografia Básica

MARQUES, Fabíola; ABUD, Cláudia José. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas.

SARAIVA, Renato. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Método.

Bibliografia Complementar

CARRION, Valentin. **Comentários e Consolidação das Leis do Trabalho**. São Paulo: Revista dos Tribunais.



NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva.

PRÁTICA JURÍDICA PENAL II 60 h/a

Início e conclusão do inquérito policial e a participação do advogado. Defesa prévia e alegações finais. Prática Penal com atendimento a ações de grande porte. O júri, sua constituição e funcionamento. Julgamento simulado de crimes contra a vida. Defesa jurídica da sociedade (suspensão condicional da pena, liberdade condicional, mandado de segurança, ações populares, ação civil pública, habeas corpus, habeas data, mandado de injunção). Recursos no direito penal. (a desdobrar).

Bibliografia Básica

JESUS, Damásio de. **Código de Processo Penal Anotado**. São Paulo: Saraiva.
MIRABETE, Fabrini J. **Código de Processo Penal Interpretado**. São Paulo: Saraiva.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.
TUCCI, Rogério Lauria. **Teoria e Prática do Habeas Corpus e do Mandado de Segurança**. Belém: Cejup.

ELETIVA II

EMENTAS DO 9º SEMESTRE

DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL 60 h/a

Conceito e princípios do Direito da Seguridade Social. Previdência Social no Brasil. Beneficiários. Custeio. Prestações. Repercussões no Contrato de Trabalho. Acidentes do Trabalho. Segurança e Medicina do Trabalho. Lei Orgânica da Previdência Social. Programa de Integração Social. Valorização do Trabalho. A Administração Pública e o Direito do Trabalho. Legislação Previdenciária. Plano de Custeio. Plano de Benefícios. Lei Orgânica de Assistência Social

Bibliografia Básica

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito da Seguridade Social**. São Paulo: Atlas.
MARTINS, Sergio Pinto. **Fundamentos de Direito Seguridade Social**. São Paulo: Atlas.
TSUTIYA, Augusto Massayuki. **Curso de Direito da Seguridade Social**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

CORREIA, Érica Paula Barcha; CORREIA, Marcus Orione G. **Curso de Direito da Seguridade Social**. São Paulo: Saraiva.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO I 60 h/a

Organização judiciária e processo. Justiça do Trabalho. Princípios gerais do processo do trabalho. Recursos. Execução. Procedimentos dos dissídios individuais e coletivos.

Bibliografia Básica

GRAVATÁ, Isabelli; MORGADO, Almir. **Direito Processual do Trabalho**. Uberaba: Impetus.
MARTINS, Sergio Pinto. **Direito Processual do Trabalho – Doutrina e Prática Forense**. São Paulo: Atlas.
ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Atlas.

Bibliografia Complementar

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. Porto Alegre: LTR.
SARAIVA, Renato. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Método.

DIREITO INTERNACIONAL 60h/a



Conceito e princípios do Direito Internacional Público e Privado. Principais doutrinas do DIP. Sujeitos de DIP. Organizações Internacionais. Ser humano e humanidade. Normas de DIP. Conflitos de normas no DIP. Responsabilidade internacional. Jurisdição internacional. População e nacionalidade. Imunidades. Proteção diplomática. Condição do estrangeiro. Domínio público internacional. Solução de conflitos. Perspectivas do Direito Internacional. Conceitos e princípios da negociação e da mediação. Táticas e estratégias de negociação. Conceito e princípios do Direito Internacional Privado. Principais doutrinas do Direito Internacional Privado. Condição jurídica do estrangeiro. Conflitos interestaduais. Aplicação, prova e interpretação do direito estrangeiro. Questões de direito material e processual internacional.

Bibliografia Básica

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de Direito Internacional Público**. Porto Alegre: LTR.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

RELEK, Francisco. **Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva.

PEREIRA, Bruno Yepes. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva.

PEREIRA, Luis Cezar Ramos. **Costume Internacional – Gênese do Direito Internacional**. Rio de Janeiro: Renovar.

MELLO, Celso D. Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Renovar.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 60h/a

Conceito e princípios do Direito da Criança e do Adolescente. Doutrina da Proteção integral. Direito fundamental. A proteção internacional da família e da criança. A história da proteção da criança desassistida e carente. Menoridade e responsabilidade penal. Política de atendimento. Atos infracionais. Medidas sócio-educativas. Justiça da infância e da juventude. Ministério Público e advogado. Procedimentos. Crimes e infrações administrativas. Prevenção e Prevenção Especial. Adoção. A disputa entre filantropia e a caridade a partir do final do século XIX. O ciclo da ação social dos juizes de menores: Código Mello de Mattos de 1927 e o Código de Menores de 1979. Instituições públicas e privadas. A proteção da criança e do adolescente (Lei 8.069/90). O direito fundamental da Convivência familiar. Família substituta: Guarda, tutela e adoção. Disciplina legal. Requisitos. Adoção por estrangeiros.

Bibliografia Básica

ARRUDA, André. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Roma Victor.

ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Atlas.

OLIVEIRA, Thales Cezar de; DEL-CAMPO, Eduardo Roberto A. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Atlas.

Bibliografia Complementar

CURY, Munir. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Malheiros.

DIREITO DO CONSUMIDOR 60 h/a

Da Política Nacional de Relações de Consumo. Direitos Básicos do Consumidor. A qualidade de produtos e serviços. Da prevenção e da reparação dos danos. Das práticas comerciais. Da proteção contratual. Das sanções administrativas. Das infrações penais. Da defesa do consumidor em juízo. Das ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Das ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Sistema nacional de defesa do consumidor. Da convenção coletiva de consumo.

Bibliografia Básica

ANDRADE, Ronaldo Alves de. **Curso de Direito do Consumidor**. Barueri: Manole.



KHOURI, Paulo R. Roque. **Curso de Direito do Consumidor**. São Paulo: Atlas.
NUNES, Rizzato. **Curso de Direito do Consumidor**. São Paulo: Saraiva..

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, João Batista. **A Proteção Jurídica do Consumidor**. São Paulo: Saraiva.
ALVIM, Thereza e ARRUDA ALVIM, José Manoel. **Código do Consumidor Comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais.
DONATO, Maria Antonieta Zanardo. **Proteção ao Consumidor. Conceito e Extensão**. São Paulo: Revista dos Tribunais.
GAMA, Helio Zaghetto. **Curso de Direito do Consumidor**. Rio de Janeiro: Forense.
GRINOVER, Ada Pellegrini. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto**. Rio de Janeiro: FORENSE UNIVERSITÁRIA.
LISBOA, Roberto Senise. **Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo**. São Paulo: Revista dos Tribunais.
MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

PRÁTICA JURÍDICA DO TRABALHO I 60 h/a

Os alunos deverão fazer atividades práticas simuladas e reais inerentes a: 1. Magistrados; 2. Ministério Público; 3. Advogados. Recordação teórica dos aspectos processuais, cartorários e justiça (organização judiciária), reclamação trabalhista, principais litígios trabalhistas (individuais ou coletivos), vínculo empregatício, principais institutos de defesa do trabalhador, defesa e contestações na área trabalhista. Recursos no direito do trabalho. Acompanhamento de processos nas juntas de conciliação e julgamento.

Bibliografia Básica

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas.
MARQUES, Fabíola; ABUD, Cláudia José. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas.
SARAIVA, Renato. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Método.

Bibliografia Complementar

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva.

EMENTAS DO 10º SEMESTRE

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO II 60 h/a

Relação coletiva de trabalho. Conceito e funções de sindicato. Associações profissionais e sindicatos na legislação brasileira. Liberdade, autonomia e unidade sindical. Dissídios. Convenções coletivas. Greve e direito de greve. Recursos. Execução. Perspectivas do Direito Processual do Trabalho.

Bibliografia Básica

GRAVATA, Isabelli; MORGADO, Almir. **Direito Processual do Trabalho**. Bauru: Impetus.
MARTINS, Sergio Pinto. **Direito Processual do Trabalho – Doutrina e Prática Forense**. São Paulo: Atlas.
ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito Processual do Trabalho**, São Paulo: Atlas.

Bibliografia Complementar

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. Porto Alegre: LTR.
SARAIVA, Renato. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Método.

DIREITO ELEITORAL 60 h/a



Conceito de direito eleitoral. Princípios do Direito Eleitoral. Histórico do direito eleitoral no Brasil. Constituições. Fontes do direito eleitoral. Democracia. Classificações. Formas de governo. Teorias. Princípios do direito eleitoral. Sufrágio. Classificações. Sufrágio, voto e escrutínio. Sistemas de controle. A Justiça Eleitoral. Organização. Competências. O Ministério Público Eleitoral. A Advocacia Eleitoral. O direito eleitoral na Constituição Federal de 1988. Considerações gerais. Direitos Políticos Positivos e Negativos. Privação dos Direitos Políticos: Cassação, Perda e Suspensão. Eleições. Referendo. Plebiscito. Iniciativa Popular. Legislação eleitoral. Leis temporárias e leis permanentes. Poder complementar da Justiça Eleitoral. O Código Eleitoral (L. 4.737/65). A Lei Eleitoral (L. 9.504/97). A Lei dos Partidos Políticos (L. 9.096/95). A Lei das Inelegibilidades (LC 64/90). Partidos políticos. Propaganda eleitoral. Sistemas eleitorais: majoritário e proporcional. Listas abertas e listas fechadas. Condições de elegibilidade. Causas de inelegibilidade. Alistamento Eleitoral. Domicílio. Filiação partidária. Ações eleitorais. Legitimados para a propositura. Representações do art. 96 da L. 9.504/97. Direito de Resposta. Ação Rescisória Eleitoral. AIRC. AIJE. AIME. RCD. Representação do art. 41-A da L. 9.504/97 (captação de sufrágio). Representação do art. 73 da L. 9.504/97. Crimes eleitorais. Considerações gerais. Processo penal eleitoral. Polícia judiciária eleitoral. Recursos eleitorais. Recurso eleitoral inominado. Lei nº 11.300/2006. Principais aspectos. Princípio da anualidade. Questões não abordadas. Financiamento público de campanhas; listas fechadas.

Bibliografia Básica

CANDIDO, Joel Jose. **Direito Eleitoral Brasileiro**. Bauru: Edipro.
MICHELS, Vera Maria Nunes. **Direito Eleitoral**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
RAMAYANA, Marcos. **Direito Eleitoral**. Uberaba: Impetus.

Bibliografia Complementar

COSTA, Adriano Soares da. **Instituições de Direito Eleitoral**. Belo Horizonte: Del Rey.

ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL 60 h/a

Ética geral: o fenômeno moral e a filosofia ética. Consciência ética. Ética da alteridade. Ética especial: aspectos éticos referentes à vida; à procriação, à família, à ordem social, à propriedade. Ética e Direito. Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. Ética e advocacia: regras deontológicas fundamentais, sigilo profissional, relações com o cliente, honorários profissionais. Ética no mundo contemporâneo. Liberdade, consciência e responsabilidade. Tendências contemporâneas em Ética: da Bioética ao Biodireito. Profissões jurídicas e seus campos de atuação. Regramento jurídico das principais profissões jurídicas. Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas: o estatuto da OAB, a Lei Orgânica do Ministério Público Nacional, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Bibliografia Básica

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de Ética Jurídica – Ética Geral e Profissional**. São Paulo: Saraiva.
MADEU, Diógenes. **Ética Geral e Jurídica**. São Paulo: Saraiva.
NALINI, Jose Renato. **Ética Geral e Profissional**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Bibliografia Complementar

CAMARGO, Marculino. **Fundamentos de Ética Geral e Profissional**. Petrópolis: Vozes.

ELETIVA III

OPTATIVA

EMENTAS DAS DISCIPLINAS ELETIVAS

RESPONSABILIDADE CIVIL E DANO A PESSOA 60 h/a



Responsabilidade subjetiva e objetiva. Reparação de danos patrimoniais e morais. Responsabilidade civil por fato próprio e por fato de terceiro. Responsabilidade profissional. Responsabilidade civil dos pais. Responsabilidade civil dos empregadores. Responsabilidade civil do Estado. Responsabilidade por fato de coisas ou animais. Responsabilidade do produtor. Responsabilidade grupal (ou coletiva). Responsabilidade civil e enriquecimento sem causa.

Bibliografia Básica

CAVALIERI F, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. São Paulo: Atlas
GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva.
STOCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil – Com Comentários ao Código Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Bibliografia Complementar

CAHALI, Yussef Said. **Responsabilidade Civil do Estado**. São Paulo: Revista dos Tribunais.
DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.
PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense.
RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.
VENOZA, Silvio de Salvo. **Direito Civil**.

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 60 h/a

O constitucionalismo. Concepções filosóficas fundadoras dos Direitos Fundamentais. Características dos Direitos Fundamentais. Funções dos Direitos Fundamentais. Dimensões subjetiva e objetiva dos Direitos Fundamentais. Constituição brasileira e os Direitos Fundamentais. Titularidade dos Direitos Fundamentais. Sujeitos passivos. Colisão de Direitos Fundamentais.

Bibliografia Básica

MENDES, Gilmar Ferreira. **Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade**. São Paulo: Saraiva.
ROMITA, Arion Sayão. **Direitos Fundamentais nas Relações de trabalho**. Porto Alegre: LTR.
SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Bibliografia Complementar

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais**. São Paulo: Atlas.

MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM60 h/a

Mediação e Arbitragem: princípios e fundamentos históricos e constitucionais. Mediação e Conciliação. Teoria Geral da Arbitragem. Arbitragem no Direito Brasileiro: Arbitragem nos Juizados Especiais; Arbitragem Comercial; Arbitragem Trabalhista; Arbitragem Internacional.

Bibliografia Básica

AZEVEDO, André Gomma de. **Estudos em Arbitragem Mediação e Negociação**. Brasília: Brasília Jurídica.
CAETANO, Luiz Antunes. **Arbitragem e Mediação**. São Paulo: Atlas.
CAETANO, Luiz Antunes; PAASHAUS, Gustavo Cintra. **Do Juízo Arbitral – Arbitragem e Mediação, Hoje**. São Paulo: Pillares.

Bibliografia Complementar

SOUZA, Zoraide Amaral de. **Arbitragem, Conciliação, Mediação nos Conflitos trabalhistas**. Porto Alegre: LTR.

DIREITO MUNICIPAL 60 h/a

Origem e evolução do município. O município na Constituição. A autonomia. Organização do município. Competências e serviços municipais. O planejamento urbano. A administração municipal. Os agentes públicos municipais.



Bibliografia Básica

BRAZ, Petrônio. **Direito Municipal na Constituição**. Campinas: Mizuno.
COSTA, Nelson Nery. **Direito Municipal Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense.
FERRARI, Regina Maria M Nery. **Direito Municipal**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Bibliografia Complementar

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. São Paulo: Malheiros.

MOVIMENTOS SOCIAIS E REFORMA AGRÁRIA 60 h/a

Território e movimento social. Histórico dos movimentos sociais no Brasil. Frentes de luta dos movimentos sociais no Brasil: diversidade e fragmentação. Movimentos sociais e institucionalidade política. Papel dos diversos atores versus movimentos sociais no campo. Propostas de reforma agrária versus movimentos sociais. A ocupação da terras devolutas e o latifúndio em Alto Araguaia.

Bibliografia Básica

GARCIA, Regina Leite. **Aprendendo com os Movimentos Sociais**. São Paulo: DP&A.
GOHN, Maria da Gloria. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. São Paulo: Loyola.
HERKENHOFF, João Baptista. **Movimentos Sociais e Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Bibliografia Complementar

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos Sociais no Início do Século XXI**. Petrópolis: Vozes.

DIREITO E DESENVOLVIMENTO URBANO 60 h/a

O fenômeno da urbanização: aspectos históricos, sociais, econômicos e políticos. Crescimento e desenvolvimento urbano. Direito de propriedade, qualidade de vida e desenvolvimento urbanístico. O Estatuto das Cidades

Bibliografia Básica

DIAS, Daniella S. **Desenvolvimento Urbano – Princípios Constitucionais**. Curitiba: Juruá.
GRAF, Márcia Elisa de Campos; COSTA, Armando João Dalla. **Estratégias de Desenvolvimento Urbano e regional**. Curitiba: Juruá.
SERRA, Mônica Allende (org). **Diversidade Cultural e Desenvolvimento Urbano**. São Paulo: Iluminuras.

Bibliografia Complementar

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

EMENTAS DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS

DIREITO PROCESSUAL ADMINISTRATIVO 60 h/a

Processo Administrativo e Procedimentos Administrativos. Fases e Peculiaridades. Processo Administrativo Tributário.

Bibliografia Básica

FERRAZ, Sergio; DALLARI, Adilson de Abreu. **Processo Administrativo**. São Paulo: Malheiros.
MOREIRA, Egon Bockmann. **Processo Administrativo**. São Paulo: Malheiros.
FILHO, José dos Santos Carvalho. **Processo Administrativo**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

Bibliografia Complementar

SIMÕES, Mônica Martins Toscano. **O Processo Administrativo e a Invalidação de Atos Viciados**. Ed. MALHEIROS, 2007.

INSERÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO 60 h/a



Crise da advocacia, burocratização do poder judiciário e deficiências do ministério público. Novas demandas profissionais. O advogado como acionador da jurisdição. Cidadania e formação jurídica. Acesso à justiça. Perspectivas das carreiras jurídicas em face da globalização.

Bibliografia Básica

NAVARRO, Leila. **O que a Universidade Não Ensina e o Mercado de Trabalho Exige**. São Paulo: Saraiva.

OLIVEIRA, Marcos A. **O Novo Mercado de Trabalho**. Rio de Janeiro: Senac.

OLIVEIRA, Alberto de. **Território e Mercado de Trabalho – Discursos & teorias**. São Paulo: Unesp.

INFORMÁTICA APLICADA 60 h/a

História do computador. Conceitos básicos de informática. Sistema operacional. Programa Windows. Programa Linux. Processador de textos. Planilhas eletrônicas. Utilização de planilhas na área jurídica. Softwares específicos para a área jurídica: repertório de jurisprudência, banco de dados, banco de legislação e softwares para a administração de escritório de advocacia. A internet e sua utilização na área jurídica.

Bibliografia Básica

FREITAS, Andrey Rodrigues de. **Perícia Forense Aplica à Informática**. Rio de Janeiro: Brasfort.

GARCIA, Marcus. **Informática Aplicada a Negócios**. Rio de Janeiro: Brasfort.

BIOÉTICA E DIREITO 60 h/a

Questões éticas referentes ao patrimônio genético, biodiversidade e recursos naturais. Biotecnologia, engenharia genética e implicações jurídicas. Bioética, meio ambiente e Direito.

Bibliografia Básica

D' AGOSTINO, Francesco. **Bioética – Segundo o Enfoque da Filosofia do Direito**. São Leopoldo: Unisinos.

FABRIZ, Daury César. **Bioética e Direitos Fundamentais**. Belo Horizonte: Mandamentos.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Bioética e Direito**. São Paulo: Jurídica Brasileira.

DIREITO COMUNITÁRIO E DA INTEGRAÇÃO 60 h/a

Inovações das estruturas institucionais comunitárias e Instituições políticas e jurídicas comunitárias. Novos princípios de representatividade. Desenvolvimento estrutural e objetivos comunitários. Conceito de Soberania na Integração Regional e o princípio da Supranacionalidade. O Direito da Integração ou Comunitário. Objeto do Direito Comunitário. Fontes e Princípios do Direito Comunitário. O princípio da autonomia no Direito Comunitário. Perspectivas do Direito Comunitário. Processos de Integração na Europa, América do Norte, América Central, América do Sul, na África e na Ásia.

Bibliografia Básica

BORGES, Jose Souto Maior. **Curso de Direito Comunitário**. São Paulo: Saraiva.

FILHO, Marcilio Toscano Franco. **Introdução ao Direito Comunitário**. São Paulo: Juarez de Oliveira.

SOARES, Mario Lucio Quintão. **Direitos Fundamentais e Direito Comunitário**. Belo Horizonte: Del Rey.

DIREITO IMOBILIÁRIO 60 h/a

Posse. Propriedade. Relações de Vizinhança. Direitos reais sobre coisa própria e alheia. Relações Locatícias: Lei de Locação. Condomínios. Usucapião. Defesa da Posse e da Propriedade. Registros imobiliários.

Bibliografia Básica

AGHIARIAN, Hercules. **Curso de Direito Imobiliário**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.



AVVAD, Pedro Elias. **Direito Imobiliário – Teoria Geral e Negócios Imobiliários**. Rio de Janeiro: Renovar.

JUNQUEIRA, Gabriel J. P. **Teoria e Prática do Direito Imobiliário**. Bauru: Edipro.

7. PÓS-GRADUAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A Faculdade de Direito da UNEMAT, na medida de suas possibilidades, procurará oferecer cursos em nível de pós-graduação, tendo como meta tanto os de *lato sensu*, quanto os de *stricto sensu*. A definição desses cursos deverá levar em conta a linha de pesquisa e as ênfases objetivas pelo curso de graduação, buscando proporcionar alargamentos e aprofundamentos na formação jurídica por ela proporcionada.

É igualmente importante na concepção do presente curso, o acompanhamento de egresso, que visa não apenas monitorar o desempenho profissional de seus ex-alunos, mas sobretudo manter o vínculo entre este e a instituição, permitindo que sua experiência contribua para a formação de novos profissionais bem como lhes proporcionando possibilidades de aperfeiçoamento e atualização. Para isto, o Acompanhamento de Egressos deverá tornar-se uma atividade institucionalizada, na forma que melhor convier à Faculdade. Essas atividades possibilitarão também a continuada avaliação da instituição, através do desempenho profissional dos ex-alunos, oportunizando adicionalmente a participação deles em atividades de extensão promovidas pela instituição. Um dos objetivos principais será avaliar o desempenho da instituição, através do acompanhamento do desenvolvimento profissional e do exercício de cidadania dos ex-alunos, buscando potencializar competências e habilidades em prol do desenvolvimento qualitativo da oferta educacional.